



**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE CAPITAL
INTELECTUAL E MATÉRIAS AMBIENTAIS: DAS
INSUFICIÊNCIAS NORMATIVAS À INVESTIGAÇÃO
EFECTUADA EM PORTUGAL. UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

Por

Maria José da Silva Faria

Dissertação de Mestrado para a obtenção parcial do grau de Mestre em
Ciências Empresariais – Especialização em Contabilidade

Orientador: **Prof. Doutor Manuel Emílio Castelo Branco**

Co-orientador: **Prof. Doutor José António Moreira**

2008

NOTA BIOGRÁFICA

Maria José da Silva Faria é natural de Vilar do Pinheiro, concelho de Vila do Conde, onde nasceu em 28 de Setembro de 1979.

Frequentou a escola C+S do Castelo da Maia e a Escola Profissional de Economia Social – EPES, tendo completado o ciclo complementar do ensino secundário com 18 valores. Em 1998, ingressou no ensino superior, acabando em 2001 o bacharelato em Contabilidade, e, em 2002, a licenciatura em Contabilidade, pelo Instituto Superior da Maia – ISMAI.

Em 2003 ingressou no MESTRADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS – especialização em CONTABILIDADE, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo terminado a parte escolar em 2004 com a média final de 14 valores.

No período de 2001 a 2004, exerceu actividade profissional na área da Contabilidade numa empresa do sector privado. Desde 2002, exerce a actividade de explicadora privada em diferentes disciplinas relacionadas com a Contabilidade: gestão financeira, gestão estratégica, cálculo financeiro e matemática.

Desde 2004 lecciona no ISMAI as seguintes disciplinas: Contabilidade financeira, estágio/projecto – simulação empresarial, Contabilidade de instituições financeiras e de seguros aos cursos de Contabilidade, gestão de empresas e informática de gestão.

Em 2005 começou a leccionar na European University Oporto a cadeira de Strategic Management do Master Business Administration-MBA.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que nos dá e sustenta o ser.

Ao meu orientador Prof. Doutor Manuel Castelo Branco e Co-orientador José António Moreira, pela oportunidade para terminar esta tese, pelo forte contributo, preciosos conselhos, encorajamento constante para que terminasse esta tese e sobretudo pela compreensão e apoio demonstrado em todas as fases da minha própria descoberta e, bem assim, pelo seu dinamismo académico, pessoal e confiança depositada.

Aos restantes professores do mestrado em Ciências Empresariais – especialização em Contabilidade pelos conhecimentos transmitido, pela simpatia e apoio permanente.

À FEP e a todos os seus colaboradores que directa ou indirectamente auxiliaram as pesquisas realizadas.

Aos meus pais, pelo seu exemplo de vida e por tudo o que me ensinaram tornando-me uma fiel seguidora do seu modelo de trabalho, dedicação, compreensão e aprendizagem permanente.

Aos meus amigos, que por força do tempo dedicado à execução desta tese se viram privados da minha companhia.

A todos aqueles que embora não referenciados nestas poucas linhas permitiram que concluísse este trabalho.

A todos eles bem hajam.

RESUMO

Este trabalho pretende descrever e analisar as opiniões dos investigadores portugueses relativamente à divulgação de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais. Estes temas têm em comum o debate recente e o reduzido relato contabilístico. O capital intelectual e as matérias ambientais têm relativa significância económica e impacto social, pelo que serão objecto de levantamento bibliográfico nas comunicações dos congressos de contabilidade e nos artigos dos periódicos nacionais de referência na área da contabilidade. Com o levantamento bibliográfico procurar-se-á saber o que os investigadores nacionais pensam sobre qual o modelo, indicador ou outro meio para divulgação da informação contabilística sobre capital intelectual e matérias ambientais.

A abordagem destes temas ao nível nacional vai destacar o afastamento face a países como EUA, Japão e Austrália, no tratamento, reconhecimento, divulgação e preocupação pela mensuração do valor do capital intelectual e das matérias ambientais.

Palavras-chave: Intangíveis, Capital Intelectual, Responsabilidade Social, Capital Humano, Matérias Ambientais, Estrutura Conceptual e EPR.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to describe and analyse the opinions of Portuguese researchers on corporate intellectual capital disclosure and environmental disclosure. The common feature of both these issues is the recent debate they fuel and reduced corporate reporting regarding them. Intellectual capital and environmental matters have important economic and social impact. Papers presented in Portuguese accounting conferences and published in relevant Portuguese journals are accounted for and analysed. The aim is to know what Portuguese researchers think about the ways in which intellectual capital and environmental matters should be reported by companies. The most important conclusion of the analysis pertains to the distance which exists in Portuguese research compared to international research on these matters.

Keywords: intangibles, intellectual capital, social responsibility, environmental items, conceptual framework and EPR.

ÍNDICE:

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1. O tema: considerações preliminares	12
2. Objectivos	13
3. Motivações da escolha	14
4. Metodologia	15
5. Estrutura de tese	16
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	17
1. Introdução	18
2. Normalização contabilística francesa	19
3. Normalização contabilística internacional – IASB	21
4. Normalização contabilística americana – FASB	23
5. Normalização contabilística portuguesa	26
5.1. A evolução do POC português	28
5.1.1. POC de 1977	28
5.1.2. POC de 1989/91, 95 e 2005	29
5.1.3. Situação actual e perspectiva futura – Sistema de Normalização Contabilística	32
6. Síntese	37
CAPÍTULO III – ESTRUTURA CONCEPTUAL	39
1. Introdução	40
2. Elementos de uma estrutura conceptual da Contabilidade	42
2.1. Objecto da informação contabilística	42
2.2. Objectivos e destinatários da informação	46
2.3. Modelos de informação contabilística	49
3. Síntese	50
CAPÍTULO IV – CAPITAL INTELECTUAL	52
1. Introdução	53
2. Capital intelectual	54
2.1. Conceito e evolução histórica	54
2.2. Interesse da informação sobre capital intelectual	57
i. Imagem verdadeira e apropriada.	58
ii. Destinatários da informação contabilística.	61
iii. Medição e análise do capital intelectual.	63
2.3. Metodologia de investigação	68
2.4. Resultados	69
2.5. Conclusões	74

CAPÍTULO V – MATÉRIAS AMBIENTAIS-----	76
1. Introdução -----	77
2. Matérias ambientais -----	77
2.1. Conceito e evolução histórica -----	77
2.2. Interesse da informação sobre matérias ambientais -----	81
i. Imagem verdadeira e apropriada. -----	82
ii. Destinatários da informação contabilística. -----	83
iii. Medição e análise dos valores ambientais. -----	84
2.3. Metodologia de investigação -----	89
2.4. Resultados -----	90
2.5. Conclusões -----	96
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES -----	99
1. Conclusão-----	100
2. Limitações do estudo -----	102
3. Recomendações para futuras investigações -----	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	103

ÍNDICE DE QUADROS E ESQUEMAS

Quadro nº 1 – Conceitos do Plan Général de Comptes	20
Quadro nº 2 – Evolução do IASB e suas acções	22
Quadro nº 3 – SFAC’s em vigor	24
Quadro nº 4 – Estudos de normalização contabilística até 1977	27
Esquema nº 1 – Projecto de Normalização da CNC	31
Quadro nº 5 – Aplicação das NIC’s e do POC (artigos 11º, 12º e 14º do DL nº 35/2005)	32
Quadro nº 6 – SNC – normativo legal a emitir	33
Esquema nº 2 – Estrutura global do SNC (EC/SNC)	34
Quadro nº 7 – Hierarquia do SNC	35
Quadro nº 8 – Estrutura conceptual da escola/ensino	41
Quadro nº 9 – Critério de decisão: risco de insolvência versus avaliação do capital próprio	45
Quadro nº 10 – Principais termos no âmbito do objecto e referência do objecto da informação contabilística	46
Quadro nº 11 – Pequena amostra de literatura sobre capital intelectual	56
Quadro nº 12 – Necessidades dos destinatários da informação contabilística	62
Quadro nº 13 – Principais Modelos de capital intelectual	64
Quadro nº 14 – Vantagens e desvantagens dos principais modelos de CI	66
Quadro nº 15 – Vantagens e desvantagens do relatório de capital intelectual e do balanço social	67
Quadro nº 16 – Congressos de contabilidade e periódicos consultados no âmbito do CI ..	68
Quadro nº 17 – Número de comunicações e artigos sobre CI	69
Quadro nº 18 – Divulgação do capital intelectual	72
Quadro nº 19 – Esforços para tratamento das matérias ambientais	81
Quadro nº 20 – Destinatários e necessidades de informação ambiental	83
Quadro nº 21 – Período pré e pós nascimento da DC 29	87
Quadro nº 22 – Total de comunicações e artigos sobre matérias ambientais	90
Quadro nº 23 – Publicações nos congressos de contabilidade	92
Quadro nº 24 – Divulgação das matérias ambientais	95

LISTA DE ACRÓNIMOS

AA – Accountability
AAPA - American Association of Public Accountants
ABDR – Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
AIA – American Institute of Accountants
AICPA – American Institute of Certified Public Accountants
APB - Accounting Principles Board
APGC - Anteprojecto do plano oficial de Contabilidade
APPC – Associação Portuguesa dos Preitos de Contabilidade
ARB - Accounting Research Bulletin
ASB – Accounting Standards Board
ASOBAT – Statement of Basic Accounting Theory
CAP - Committee on Accounting Procedures
CC – Código de Contas
CCI – Código da Contribuição Industrial
CE – Comunidade Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CI – Capital Intelectual
CICA – Canadian Institute of Chartered Accountants
CMVM – Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
CNC – Comissão de Normalização Contabilística
DC – Directrizes Contabilísticas
DF's – Demonstrações Financeiras
DL – Decreto-Lei
DR – Demonstração dos Resultados
EC – Estrutura Conceptual
EPR – Extensible Performing Reporting
EUA – Estados Unidos da América
FASB – Financial Accounting Standards Board
FASB I – FASB Interpretation
FASB TB – FASB Technical Bulletin
FEE – Fédération des Experts Comptable Européens

FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FSC – Forward Standard Council
GGM – Grande Guerra Mundial
GRI – Global Reporting Initiative
IAB – Institute of Accountants and Bookkeepers
IAS – International Accounting Standards
IASB - International Accounting Standards Board
IASC - International Accounting Standards Committee
ICAC – Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas
ICAEW – Institute of Chartered Accountants in England e Wales
IFAC – International Federation of Accountants
IFRIC – Interpretações de Normas Internacionais Contabilísticas de Relato Financeiro
IFRS – Normas Internacionais de Relato Financeiro
IOSCO –International Organization of Securities Commissions
ISO – International Standard Organization
IT – Interpretações Técnicas
MA – Matérias Ambientais
MDF – Modelos de Apresentação das Demonstrações Financeiras para Contas Individuais e Contas Consolidadas
MDF-PE – Modelos de Apresentação das Demonstrações Financeiras para Pequenas Entidades
NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NI – Normas Interpretativas
NIC – Norma Internacional de Contabilidade
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OHSAS – Occupational Health and Safety Assessment Series
ONU – Organização das Nações Unidas
PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
PCNE – Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa
PGC – Plan General de Comptes
PGC – Projecto: Contribuição para o plano contabilístico português

PGCP – Plano Geral de Contabilidade
POC – Plano Oficial de Contabilidade
PPC – Plano Português de Contabilidade
S/D – Sem data
SATTA – Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance
SEC – Securities and Exchange Commission
SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts
SFAS – Statement of Financial Accounting Standards
SIC – Standards Interpretations Committee
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
TBL – Top Bottom Line
UE – União Europeia
US-GAAP – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites nos Estados Unidos

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. O tema: considerações preliminares

A investigação portuguesa em Contabilidade tem crescido nas últimas décadas, não só pelo aumento da comunidade académica como pelo aumento das necessidades de investigação, na área. O processo de normalização contabilística também tem a sua quota de responsabilidade.

A evolução da normalização contabilística em Portugal, em parte determinados pela evolução internacional, neste domínio, tem motivado muito debate, congressos e conferências.

Nos debates, congressos e conferências, multiplicam-se as comunicações sobre capital intelectual e matérias ambientais. A sua discussão tem crescido não só pela sua importância académica como pelo impacto que produzem na informação contabilista.

A falta e/ou a insuficiência de informações contabilísticas sobre capital intelectual e matérias ambientais prejudica a interpretação, decisão e utilização da informação contabilística. Desde sempre houve este prejuízo para o destinatário e utilizador da informação. Não obstante, hoje em dia a necessidade é maior, por virtude da actual sociedade ter como elemento chave a informação.

Esta falta de informação pode ser resolvida por duas vias: uma pela normalização contabilística a outra pela teoria da contabilidade ou de uma estrutura conceptual mais eficaz no domínio do capital intelectual e das matérias ambientais.

Ao longo do tempo, em Portugal e no mundo, a normalização da contabilidade tem crescido em muitos aspectos, mas no tocante a capital intelectual e matérias ambientais a inexistência e insuficiência de regulamentação dificulta a divulgação destes valores na informação produzida. Os esforços do FASB e do IASB até ao momento não conseguiram elaborar uma norma capaz de solucionar a divulgação do capital intelectual e matérias ambientais, mas estão a trabalhar no sentido de elaborarem uma estrutura conceptual comum. A existência de uma estrutura conceptual comum na contabilidade à escala mundial não afasta os problemas de divulgação da informação sobre capital intelectual e das matérias ambientais, excepto se esta for capaz de dar resposta às seguintes questões:

- O quê? (objecto da informação contabilística)
- A quem? (referência do objecto da informação contabilística)
- Porque? (objectivos e destinatários da informação contabilística)

– Como? (modelos de informação contabilística)

A resposta a estas questões vai permitir perceber qual o objecto e referência do objecto da contabilidade, quais os objectivos da informação contabilística e seus destinatários e o modelos que a informação contabilística utiliza para a divulgação de informação.

A descrição da evolução histórica da normalização e dos elementos de uma estrutura conceptual para a contabilidade vão salientar que no passado não houve preocupação por normalizar e enquadrar teoricamente o capital intelectual e as matéria ambientais, e no presente, vai salientar que teoricamente continuamos sem tratamento, e que em termos normativos foi feito um esforço para regulamentar as matérias ambientais (DC 29), mas que ele próprio quando utilizado levanta duvidas, como se mostra no capítulo V. No domínio do capital intelectual continuamos em termos internacionais e nacionais sem regulamentação específica.

Neste capítulo I pretende-se apresentar a investigação a seguir na tese, sendo para o efeito necessário contextualizar o tema fundamental que é objecto de estudo, definir os objectivos, as motivações da escolha, a metodologia de investigação e a estrutura da tese.

2. Objectivos

O principal objectivo desta tese é analisar o que os investigadores portugueses têm debatido sobre capital intelectual e matérias ambientais, nos congressos de Contabilidade (2002, 2004 e 2006) e em alguns periódicos (Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, Portuguese Journal of Management Studies, Revista de Contabilidade e Comércio, Contabilidade e Gestão – Portuguese Journal of Accounting and Management, e Notas Económicas) desde 2000.

Para perceber o trabalho dos investigadores portugueses é conveniente observar o estado actual da normalização contabilística em Portugal.

Para enquadrar o actual processo de revisão da normalização contabilística será útil recuar um pouco no tempo e fazer uma breve evolução histórica das normalizações que influenciaram, e influenciam, a normalização portuguesa. Traçada a perspectiva histórica, com ênfase no processo de normalização, percebe-se o enquadramento normativo actual. Neste enquadramento note-se breve comentário ao quadro de

referência normativo, a estrutura conceptual da Contabilidade. Pela abordagem da estrutura conceptual da Contabilidade percebem-se insuficiências partilhadas pela normalização contabilística.

Estas insuficiências da estrutura conceptual e da normalização contabilística põem em evidência assuntos que implicam enquadramento conceptual (capital intelectual) e assuntos que implicam enquadramento normativo (capital intelectual e matérias ambientais).

Assim, para realizar o objectivo principal, que é a análise dos investigadores nacionais sobre capital intelectual e matérias ambientais, será realizada:

- Breve descrição da evolução histórica das normalizações contabilísticas mais importantes para Portugal;
- Súmula dos marcos mais importantes da Contabilidade nacional;
- Descrição dos elementos do quadro conceptual da Contabilidade;
- Perceber a existência de problemas (capital intelectual e matérias ambientais), uns com solução conceptual ou com solução na normalização, mas para os quais subsistem debates e conflitos de ideias. Também por isso verifica-se falta de enquadramento teórico e necessidade de melhorias na normalização contabilística existente em Portugal.

Com base nestes objectivos será destacada a importância do relato contabilístico, as diferentes formas usadas para a divulgação pública da informação sobre capital intelectual e matérias ambientais, e as instituições que se ocupam de procurar formas mais eficientes e completas do relato informacional. Neste âmbito será abordado o Extensible Performing Reporting – EPR como uma das formas mais actuais de relatar a informação contabilística sobre capital intelectual e matérias ambientais em simultâneo numa só peça informativa.

3. Motivações da escolha

Esta investigação surgiu do interesse em aprofundar o estudo relativo ao capital intelectual. Com a análise do mesmo verificou-se existirem várias abordagens, entendimentos e modelos de gestão e contabilísticos para a sua divulgação e mensuração. Apesar de se notar que estes modelos são seguidos pelos autores nos países e empresas que lhes deram origem, Portugal continua a fazer esforços para a divulgação

do capital intelectual na informação produzida. Simultaneamente ao problema da falta de informação sobre capital intelectual verificou-se que sobre matérias ambientais a informação produzida é insuficiente. Assim, generalizou-se o problema inicial, limitado ao capital intelectual às matérias ambientais, procurando explicações, soluções, ou na sua ausência, os entendimentos que os investigadores nacionais debatem e aludem sobre cada um dos temas em estudo.

4. Metodologia

A metodologia de pesquisa corresponde à de uma análise exploratória. Para análise exploratória dos assuntos em debate optou-se por realizar um estudo individual do capital intelectual e das matérias ambientais para destacar como no plano nacional se trata, mensura, reconhece e divulga a informação sobre capital intelectual e matérias ambientais, face ao que vem sendo praticado a nível mundial.

Na bibliografia consultada procuraram-se os entendimentos, perspectivas e soluções apontadas para o tratamento do capital intelectual e matérias ambientais. Para a pesquisa bibliográfica privilegiaram-se as comunicações apresentadas nos congressos de Contabilidade realizados no país, e a visibilidade destes assuntos na informação periódica como se destacam:

Assuntos	Congressos de Contabilidade	Periódicos				
		RPBG ¹	PJMS ²	RCC ³	CG ⁴	NE ⁵
Capital intelectual	19	6	3	0	0	3
Matérias ambientais	29	0	0	1	0	0

Não foram consultadas outras fontes bibliográficas nacionais, porque se entendeu limitar a pesquisa às principais revistas que são da área.

Para notar a existência da falta de divulgação de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais procurou fazer-se uma breve análise em termos históricos da

¹ Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão – RPBG.

² Portuguese Journal of Management Studies – PJMS.

³ Revista de Contabilidade e Comércio – RCC.

⁴ Contabilidade e Gestão – Portuguese Journal of Accounting and Management – CG.

⁵ Notas Económicas – CE.

normalização contabilística e da estrutura conceptual que actualmente a Contabilidade nacional dispõe, pondo em destaque as suas insuficiências para o tratamento dos assuntos em estudo.

Com a investigação que está a decorrer actualmente em Portugal, procurar-se-á descobrir o que pensam, o que dizem e o que sugerem os investigadores nacionais face ao tratamento do capital intelectual e das matérias ambientais.

5. Estrutura de tese

Visando alcançar o objectivo proposto, descrever o que a investigação nacional refere sobre a divulgação do capital intelectual e das matérias ambientais estruturou-se esta tese em seis capítulos.

O capítulo I contextualiza o tema de pesquisa, apresenta os seus objectivos, motivações da escolha, metodologia de investigação e plano de trabalho.

O capítulo II apresenta uma perspectiva histórica da normalização contabilística, para que se perceba a sua evolução em Portugal e em alguns países no estrangeiro que particularmente interessam ao caso português. A descrição neste capítulo pretende evidenciar que a solução para os problemas em estudo não se encontra exclusivamente na normalização, servindo de introdução à abordagem feita no capítulo III que mostra que a CNC parece não se preocupar com a existência dos problemas (capital intelectual e matérias ambientais), ao importar directamente a EC do IASB sem lhe ter feito qualquer tipo de alteração/ajustamento.

O capítulo IV e V apresentam uma recensão da investigação feita sobre capital intelectual e matérias ambientais. Nestes capítulos pretende-se mostrar com base na literatura consultada nesta tese o que entendem e sugerem os investigadores nacionais quanto à forma de relato, ou a sua inexistência, a medida, a classificação em contas e à normalização existente sobre capital intelectual e matérias ambientais.

O capítulo VI apresenta as considerações finais da tese, as limitações do estudo realizado e as recomendações para futuros estudos.

**CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO
HISTÓRICA DA NORMALIZAÇÃO
CONTABILÍSTICA**

1. Introdução

Normalização contabilística não é um tema de investigação recente. Foi objecto de vários estudos, teses e discussões que se intensificaram com o desenvolvimento e globalização dos negócios, dos mercados de capitais e a internacionalização das actividades financeiras.

O termo normalização significa pôr conforme a regra, tornar regular, uniformizar com vista a simplificar. Com base na análise semântica do termo podemos dizer que a normalização implica a fixação de um conjunto de conceitos, regras e critérios de avaliação, âmbito e movimentação de contas da contabilidade de uma entidade. O conjunto de meios que tornam a informação normalizada está contido ou num plano⁶ ou num código⁷ ou ainda em normas que se vão constituindo conforme as necessidades evidenciadas.

A normalização contabilística em Portugal, bastante discutida na década de 60 e 70 do século passado (Pinto, 2006, 23) ficou marcada nos anos 60 pela reforma do código da contribuição industrial e nos anos 70 pela aprovação do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A nível nacional a normalização contabilística nasceu com preocupação e num momento temporal diferente do ocorrido com a normalização contabilística internacional (IASB) e a americana (FASB). Em todas estas normalizações contabilísticas (IASB e FASB), a história que retrata o seu desenvolvimento permite-nos concluir que o cuidado para tratamento contabilístico do capital intelectual e das matérias ambientais tem sido efémero face à actual necessidade dessa informação. Em Portugal a situação é semelhante.

Para maior detalhe sobre a evolução histórica que nos permite verificar referências escassas quanto ao capital intelectual e às matérias ambientais, nos pontos seguintes apresenta-se resumo dos processos de normalização que particularmente interessam ao caso português.

⁶ Caso português, espanhol, belga e francês.

⁷ Caso da Alemanha.

2. Normalização contabilística francesa

O primeiro país que serviu de inspiração normalizadora a Portugal foi a França. A normalização contabilística francesa teve influência durante mais de 30 anos em Portugal. Por tal motivo e pelo significado que teve na evolução da harmonização contabilística em Portugal é importante assinalar os principais estádios/fases na evolução da normalização francesa.

A normalização francesa nasceu muito por influência alemã, aquando da ocupação da França na II Grande Guerra Mundial que motivou a criação do primeiro plano francês datado de 1942. Cinco anos mais tarde, em 1947, surge um novo POC francês denominado de Plan Général de Comptabilité. Este plano contemplava os seguintes elementos:

- Definições e explicações de conceitos
- Princípios de valorimetria
- Normas das DF's
- Métodos contabilísticos de custos permitidos

A abrangência destes elementos teve em conta causas económicas e sociais. O plano francês que era considerado por muitos⁸, à data, como um plano completo que viria “revolucionar” a Contabilidade em outros países da Europa.

Na normalização contabilística francesa, plano de 1947, está uma enorme semelhança com o primeiro POC português que surgiria 30 anos depois. Os objectivos do POC francês são os seguintes: promover as políticas económicas nacionais, promover o estudo das tendências de mercado, assistir à eliminação das irregularidades fiscais, fomentar as políticas fiscais nacionais, ajudar ao desenvolvimento de uma tributação mais justa e colaborar com as autoridades governamentais.

À semelhança do plano nacional português e do francês, toda a normalização europeia esteve sujeita à 4ª e 7ª Directiva Comunitária após a entrada na CEE. Todavia, nota-se

⁸ Idem.

que o plano francês tentou mais alargadamente contemplar informação relativamente à qual o nosso POC ainda hoje é omissivo como a transcrita no quadro seguinte:

Quadro nº 1 – Conceitos do Plan Général de Comptes

Conceitos	Descrição
Definição de Contabilidade	A Contabilidade é um sistema de organização da informação financeira permitindo recolher, classificar, registar dados quantificados e apresentar os resultados reflectindo uma imagem fiel do património, da situação financeira e do resultado à data de fecho. A Contabilidade permite efectuar comparações periódicas e apreciar a evolução da entidade numa perspectiva de continuidade da actividade. (Título I, Cap. II, § 120-1)
Elementos da informação financeira	Todos os elementos do património com um valor económico positivo para a entidade são considerados como um elemento activo. Os elementos activos destinados a servirem a entidade pela sua natureza podem ser considerados imobilizados ou circulantes. Todos os elementos do património com um valor económico negativo para a entidade são considerados como um elemento passivo. (Título II, Cap. I, § 211-1)
A Conceito de capital próprio	O resultado do exercício é igual à diferença entre custos e proveitos ou à variação dos capitais próprios entre o princípio e o fim do exercício, exceptuando quando se trata de operações que afectam directamente os capitais próprios. (Título II, Cap. III, § 230-1)

Fonte: adaptado do Plan de Comptes Général (2006) WWW.planete.stg.com

Depois do plano francês de 1947 surgiu um novo plano reformulado em 1957, em 1982 e muito alterado em 1986. O plano foi reformulado novamente em 1999 e 2003, neste último caso para acolher os conceitos das Normas Internacionais de Contabilidade aplicáveis a partir de Janeiro de 2005. Interessa particularmente verificar que os conceitos do quadro supra evidenciam preocupação pela teoria contabilística. Assim, nota-se que os franceses através da normalização contabilística vão permitindo perceber sobre o que incide a informação contabilística, alguns conceitos e seus elementos. O conjunto de soluções adoptadas no plano francês de 1999 é baseado na influência do IASB através das suas normas internacionais de contabilidade.

A normalização contabilística em Portugal sofre influência do primeiro POC francês, dos conceitos que os franceses foram incluindo nos seus planos de contabilidade ao longo do tempo., da adesão à CEE, e das normas internacionais do IASB. Actualmente a importância do IASB para a contabilidade nacional é maior que a francesa à medida que crescem os negócios, as matérias a normalizar e a importância de uma estrutura conceptual comum para a contabilidade mundial.

3. Normalização contabilística internacional – IASB

O IASB tem como objectivos:

- Desenvolver no interesse público um conjunto de normas de relato financeiro de elevada qualidade, orientadas para as bolsas de valores mundiais e para outras entidades que sejam úteis na tomada de decisões económicas;
- Promover o uso e a rigorosa aplicação das normas de contabilidade;
- Trabalhar activamente com as Comissões de Normalização Contabilística dos vários países com vista à convergência da normalização contabilística.

O actual International Accounting Standards Board (IASB) foi constituído em 29 de Junho de 1973 com o nome de International Accounting Standards Committee (IASC), em Londres (Grã-Bretanha), tendo como promotores os seguintes países: Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Noruega, Reino Unido, Holanda, Austrália e os Estados Unidos da América (www.iasb.org/about/history.asp: 13-2-2005). Ao longo do tempo juntaram-se novos países e a organização colhe mais apoio.

Em 1974, publicou a primeira “exposure draft” que posteriormente se transformou na IAS 1. Apesar de só em 1989 ser publicada a Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements, já haviam sido criadas 29 normas.

Em 1982, o International Federation of Accountants – IFAC e o IASC assinam um compromisso de cooperação mútua com o objectivo de desenvolver a profissão e o processo de harmonização contabilística mundial, de modo a permitir aos contabilistas a elaboração de informação de alta qualidade e no interesse do público em geral.

Em 1987, o International Organization of Securities Commissions – IOSCO é integrado no grupo consultivo do IASC e apoia o projecto de comparabilidade. Em 1988, o FASB assume a qualidade de observador no grupo consultivo do IASB e apoia as Normas Internacionais de Contabilidade – NIC’s. Em 1995, a União Europeia, aprova o uso das Normas Internacionais de Contabilidade para as empresas europeias e, em 1996, considera-as compatíveis com as Directivas Europeias existentes, com excepções secundárias.

Com o tempo foram emitidas mais normas. Em 2005 contavam-se 41 Normas Internacionais de Contabilidade. O conjunto actual de normas em 2008 a vigorar são 41

NIC's, 7 International Financial Reporting Standards – IFRS, 11 Standards Interpretation Committee – SIC's e 6 International Financial Reporting of Interpretation Committee – IFRIC's.

No seguinte quadro sintetiza-se a evolução conducente ao acolhimento actual das normas internacionais:

Quadro nº 2 – Evolução do IASB e suas acções

Data	Descrição
1973	Constitui-se o IASC tendo como promotores 16 associações de 10 países. A designação IASC manteve-se até 2001.
1977	Constitui-se o IFAC, assumindo como missão a emissão de normas de auditoria e o compromisso de contribuir para melhorar a preparação dos contabilistas. Fixa critérios para reconhecimento da qualificação como contabilista.
1979	O IASC forma um grupo de trabalho com a OCDE no âmbito das normas contabilísticas.
1983	O IASC e o IFAC estabelecem um compromisso mútuo. Só podem pertencer ao IASC membros do IFAC. Nesta data além dos países fundadores tinham acrescido ao IASC a África do Sul, a Nigéria e a Itália.
1987	O IOSCO passa a fazer parte do grupo consultivo do IASC.
1988	O Financial Accounting Standards Board - FASB assume a posição de observador no grupo consultivo do IASC.
1989	A Fédération des Experts Comptable Européens – FEE que tinha começado operações em 1987, apoia o IASC e a normalização internacional.
1990	A Comissão Europeia assume a posição de observadora no grupo consultivo do IASC.
1991	FASB planeia apoiar as Normas Internacionais de Contabilidade.
1995	O IOSCO endossa as normas internacionais nas multinacionais europeias, o que é um marco no processo de harmonização europeia e internacional.
2000	A União Europeia – UE determina que as NIC's serão acolhidas pelas empresas europeias até 2005, desde que estas sejam coerentes com as directivas.
2001	O IASC é reorganizado, dando origem ao IASB.
2002	O IASB e o FASB assinam o Norwalk Agreement
2004	O IASB e o FASB acordam elaborar um projecto de uma estrutura conceptual comum.
2005	Entra em vigor a normalização internacional nos termos definidos pela UE em 2000.
2006	Memorando de um plano de convergência com metas traçadas para 2008.

Fonte: elaboração própria a partir de www.iasc.org.uk consultada em Janeiro de 2008.

Ao longo do tempo, o papel do IASB não foi alterado mas aditado da obrigação de contribuir para o desenvolvimento e adopção de normas contabilísticas homogéneas e comparáveis no plano internacional. As suas normas são uma referência para os países promotores, que se encontram obrigados a aplicá-las desde 2005.

Não obstante, se os países promotores aplicarem as normas do IASB e outros países aplicarem normas de outros organismos reguladores como o IASB, então em diferentes mercados financeiros para a mesma empresa podem existir diferentes resultados, por virtude dos princípios e das regras para a elaboração de contas serem distintas.

A necessidade de apresentação de contas com os mesmos valores contabilísticos, especialmente para as empresas com valores admitidos à cotação tem motivado a parceria entre o IASB e o FASB. O passo mais importante foi dado em 27 de Fevereiro de 2006, num Memorando de Entendimento entre ambas as instituições, relatando a definição de um mapa de convergência com objectivos concretos para 2008. Quer o IASB quer o FASB têm intenção de chegar a um modelo comum em conceitos, características, objectivos e formas de relato informativo (Bullen e Crook, 2005). A convergência entre os dois organismos não quer dizer que tudo será igual, mas que em cada sistema os padrões de divulgação aí contidos serão completos.

Até 2009 o FASB e o IASB assumiram o compromisso de não emitir novas normas. Esta situação está a permitir a harmonização mundial das práticas de elaboração e comunicação da informação contabilística, que Portugal pretende acompanhar por via da aplicação da normalização internacional.

Porém, quer na normalização internacional do IASB, quer na normalização do FASB, da parceria de ambas as instituições e do conjunto de normas e regulamentos nacionais em vigor (POC, DC, DL e DR) não houve até ao momento resultados para o tratamento do capital intelectual e das matérias ambientais. Se entendermos que a informação sobre capital intelectual e matérias ambientais influencia os valores negociados em bolsa de valores, e que a normalização contabilística pouco tem conseguido para o seu tratamento, podemos pensar que a solução poderá estar no domínio da estrutura conceptual da contabilidade (em análise no capítulo seguinte).

4. Normalização contabilística americana – FASB

O FASB tem por objectivo estabelecer e aperfeiçoar padrões de contabilidade financeira e divulgação para orientação e educação do público, incluindo os produtores da informação, auditores e os utilizadores da informação financeira (Hendriksen e Van Breda, 1999, 64).

A normalização americana apresenta inúmeras semelhanças com a normalização inglesa e australiana. A normalização americana é fruto entre outras das necessidades das empresas registadas em bolsa conjuntamente com o esforço da profissão para manter a respectiva regulamentação sob influência das associações profissionais. Manteve-se sob

essa influência desde 1882, com o nascimento do Institute of Accountants and Bookkeepers - IAB, até 1972, data da constituição do FASB. É importante referir que neste espaço temporal, quer o congresso norte-americano quer a Securities Exchange Commission – SEC tinham autoridade para regulamentar a Contabilidade americana. Quando em 1893 foi criada a SEC, que um ano depois recebeu o encargo da regulamentação financeira e o poder de emissão de normas contabilísticas (Belkaoui, 1997, 81-82), pôs-se termo a um período de “*falta de uniformidade das práticas contabilísticas*”, como refere Hendriksen et al. (1999, 58).

A SEC apoiou o FASB desde a sua constituição, e desde então a emissão de normas passou a estar a cargo deste organismo. No desenvolvimento da emissão de normas, o FASB produz dois tipos distintos de documento fundamentais: as Statement of Financial Accounting Concepts – SFAC e as Statement of Financial Accounting Standards – SFAS, que estabelecem métodos e procedimentos para questões contabilísticas específicas, criando oficialmente princípios de Contabilidade geralmente aceites, os denominados US-GAAP. Os US-GAAP incorporam convenções, regras e procedimentos necessários para definir práticas contabilísticas aceites, não apenas guias de orientação genéricos, mas também regras específicas que definem os detalhes. Na Contabilidade americana o conjunto normativo é conhecido como Conceptual Framework.

Têm particular interesse para o objectivo deste trabalho os “Statements of Financial Accounting Concepts” que documentam conceitos e princípios básicos da Contabilidade financeira. Em conjunto, esses “Statements” definem uma estrutura conceptual para a Contabilidade financeira. Hendriksen et al. (1999, 90) quantificam o conjunto das SFAC’s como referencial conceptual onde se descreve a natureza, funções e limites da Contabilidade financeira. No seguinte quadro relacionam-se as SFAC’s publicadas até 2008:

Quadro nº 3 – SFAC’s em vigor

Nº	Titulo da SFAC	Data	Observações
1	Objectivos de relato financeiro por empresas financeiras	Novembro de 1978	
2	Características qualitativas da informação financeira	Mai de 1980	
3	Elementos das DF’s por empresas de negócios	Dezembro de 1980	Substituída pela SFAC nº 6
4	Objectivo do relato financeiro por organizações sem fins lucrativos	Dezembro de 1980	Substituída pela SFAC nº 6
5	Reconhecimento e mensuração das demonstrações financeiras de empresas de negócios	Dezembro de 1984	

6	Elementos das demonstrações financeiras	Dezembro de 1985	
7	Usar informação do cash flow e valor presente como medida contabilística	Fevereiro de 2000	

Fonte: adaptado de <http://cpaclass.com/gaap/gaap-us-01a.htm#SFAC> (tradução própria).

As SFAS correspondem a um conjunto mais alargado de normas havendo 156 emitidas até ao momento. No conjunto normativo importa referir as 47 interpretações do FASB, os boletins técnicos do FASB e outras tantas normas da SEC e do AICPA⁹.

Estas normas orientam a produção da informação contabilística. São compostas por um grande conjunto de regras emitidas caso a caso, onde as referências conceptuais existentes, em muitos casos de elaboração posterior, não bastam para dar coerência ao conjunto.

A base da teoria contabilística americana começou com o Statement of Basic Accounting Theory - ASOBAT em 1966. O ASOBAT deu prioridade as necessidades de informação face ao ponto de vista e opiniões dos contabilistas que preparavam a informação financeira. Em conformidade com esta ideologia do ASOBAT o APB nº 4, surgido em 1970, reafirmou a posição do ASOBAT. O Accounting Principles Board - APB constituído em 1959 focou o seu domínio de actuação em postulados básicos, princípios propriamente ditos e regras ou normas para a aplicação de princípios. Entre 1959 e 1973 o APB emitiu 15 ARS, 31 APB Opiniões e 4 APB Statements.

Em conjunto o pronunciamento ASOBAT e o organismo APB, este último extinto entanto quando o FAB foi criado, influenciaram o FASB no desenvolvimento de conceitos da contabilidade financeira. Apesar deste esforço teórico a normalização americana ao longo do tempo não divulgou conceitos para objecto e perímetro da informação contabilística entre outros elementos teóricos a analisar no capítulo seguinte. Também não revelou preocupação pelo tratamento do capital intelectual e das matérias ambientais, não só na forma teórica como na forma de normas.

Apesar da normalização do FASB parecer muito distinta da existente em outros países, a verdade é que de certa forma apresenta algumas similaridades com a normalização

⁹ Entre 1959 e 1973, o AICPA emitiu 15 ARS – Accounting Research Studies, 31 APB Opinions⁹ e 4 APB Statements.

internacional do IASB. Por exemplo, na apresentação e preparação dos relatórios financeiros e nos conceitos de prudência e fiabilidade. A semelhança entre ambas as instituições e a necessidade de harmonização está actualmente a fazer com que o FASB e o IASB caminhem, como atrás foi referido, para uma meta comum, que está a influenciar as próprias normalizações actuais, e as normalizações de outros países como Portugal, Espanha, França, etc.

Apesar da contabilidade nacional sofrer maior influência da normalização francesa e internacional do que dos americanos, em qualquer uma delas não houve claramente foco no âmbito do tratamento do capital intelectual e das matérias ambientais.

É um facto que em todas as normalizações descritas existe preocupação pela conceituação de alguns aspectos como os elementos da informação financeira o conceito de capital próprio, etc. Todavia, não existem referências claras e estruturadas para os elementos de uma estrutura conceptual, ou normas específicas que permitam definir os critérios para a informação contabilística de capital intelectual e matérias ambientais.

5. Normalização contabilística portuguesa

O ensino da Contabilidade em Portugal remonta a 19 de Maio de 1759, data do Alvará que aprovou os estatutos da Aula do Comércio, cabendo ao Marquês do Pombal a honra da sua criação (Costa e Alves, 2005, 46). 136 Anos depois do início do ensino da Contabilidade em Portugal, em 1895, surge a primeira taxionomia contabilística por Ricardo de Sá, criada em comum com a Comissão Técnica da Associação da Classe dos Empregados de Contabilidade. Em 1938, Polibyo Garcia, encarregou-se de uma aspecto da classificação de contas – a uniformização de contas.

Quase duas décadas depois, em 1955, o professor Caetano Léglise da Cruz Vidal, na sua tese de doutoramento, debruçou-se sobre a racionalização contabilística. O autor traçou um plano de contas e uma classificação de contas.

Em 1959 a Sociedade Portuguesa de Contabilidade – SPC, com base em estudo produziu o primeiro plano de contas. Nove anos mais tarde é publicado o DL nº 49381 de 15/11/1969, que vem tratar das regras de elaboração do balanço e da conta dos resultados ou de ganhos e perdas. Em 1972, o DL nº 147/72 vem tornar obrigatória a

apresentação do inventário das participações financeiras e outras em valores mobiliários em modelo normalizado.

Em 1975 é criada a Comissão do Estudo da Normalização Contabilística em Portugal e, nessa altura, surgem quatro projectos de normalização contabilística. Dois anos depois, em 1977, é aprovado o Plano Oficial de Contabilidade para as empresas e constituída a CNC para acompanhamento e actualização desse plano. No quadro seguinte sumarizam-se as principais etapas até à solução actual:

Quadro 4. Estudos de normalização contabilística até 1977

Ano	Título	Promotores
1964	Plano Geral de Contabilidade: Projecto - Contribuição para o Plano Contabilístico Português (PGC)	Comissão de Contabilidade e Estatística, do Centro de Estudos de Organização e Escritórios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do distrito de Lisboa.
1965	Plano Geral de Contabilidade – PGCP Contribuição para o Plano Contabilístico Português	Centro de Estudos de Organização de Escritórios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do distrito de Lisboa
1970	Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa – PCNE ¹⁰	Grupo de Trabalho “Técnica Contabil Economia de Empresa” da Comissão Directiva da Sessão Profissional dos Técnicos de Contas do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório do distrito de Lisboa
1973	Anteprojecto do Plano Oficial de Contabilidade – APGC ¹¹	Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças
1974	Plano Português de Contabilidade – PPC	Sociedade Portuguesa de Contabilidade
1977	Plano Oficial de Contabilidade para as Empresas	Ministério do Plano e Coordenação Económica Ministério das Finanças Comissão de Normalização Contabilística

Fonte: adaptado de Santos (2002), A estrutura conceptual da Contabilidade em Portugal, pp. 4

Ao longo do tempo o POC de 1977 foi sendo revisto e alterado. Primeiramente em 1989/91 para se adequar à 4ª directiva comunitária, mais tarde em 1995 para se adequar à 7ª directiva comunitária e mais recentemente em 2005 o conceito de provisões alterou-se para ajustamentos nas contas do activo de forma a tornar o POC mais adequado à normalização internacional.

¹⁰ Modelo de normalização que contemplava modelos de apresentação das DF's, classes e códigos de contas, esclarecimentos das classes de contas, pontos-chave para o estudo da estratégia da empresa e atributos propostos para caracterizar a actividade da empresa.

¹¹ Este modelo de normalização contabilística incluía quadro de contas, lista de contas, modelos de DF's e notas explicativas sobre a sua estrutura e utilização.

5.1. A evolução do POC português

5.1.1. POC de 1977

Até 1977 a normalização contabilística legalmente existente e imposta por lei era exclusivamente para o sector bancário e dos seguros. Para estas instituições estavam definidos quadros de contas, regras de contabilização, critérios de apuramento dos resultados e normas para a publicação de balanços e DR.

Para as entidades privadas até 1977 havia uma total inexistência de orientação contabilística para a apresentação de contas. Com o aparecimento do primeiro POC português, em 1977, foi dado o grande avanço no processo de normalização contabilística em Portugal.

Este plano não era aplicável às instituições de crédito e empresas de seguros, mas tinha aplicação obrigatória quer para as empresas públicas quer para as empresas privadas.

O POC de 1977 incluía o decreto-lei que lhe deu aprovação jurídica, seguindo-se uma introdução com breve resenha histórica dos trabalhos que o antecederam, bem como, identificação dos aspectos que abrange e os que ficaram de fora (Contabilidade analítica, princípios e conceitos contabilísticos). Segundo Ferreira (1984, 54), o POC de 1977 deu pouca importância “*a princípios relativos ao apuramento dos custos e proveitos de exercício*” e atendeu quase em exclusivo a “*princípios e critérios dirigidos às finalidades do balanço*” (Ibide). Os princípios contabilísticos adoptados foram o da continuidade da empresa, o do custo histórico, o da recuperação do custo das existências e o do conservantismo.

Seguem-se na estrutura do POC de 77 as peças contabilísticas, o código de contas e as notas explicativas sobre o conteúdo e movimentação de algumas contas. O plano termina com a exposição dos critérios de valorimetria.

Este plano manteve-se em vigor durante 13 anos, até à adesão de Portugal à então CEE, em 1 de Janeiro de 1986. Por imposição comunitária, Portugal teve que se adaptar à 4ª directiva, o que obrigou a CNC a reformular o POC, pelo DL 410/89. Esta foi a primeira de múltiplas alterações que se verificaram ao longo do tempo.

5.1.2. POC de 1989/91, 95 e 2005

Em relação ao POC de 1977, o POC de 1989/91 apresenta uma perspectiva diferente da teoria contabilística face ao anterior (Costa e Alves, 2005, 82). Em especial pela autonomia e abundância dada às matérias dos capítulos 3 (características da informação financeira) e 4 (princípios contabilísticos), em tudo semelhantes ao preconizado pelo IASB, na altura IASC.

No POC de 1989/91 o capítulo dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites – PCGA é mais desenvolvido que o POC de 1977 (continuidade, consistência, especialização (ou acréscimo), custo histórico, prudência, substância sobre a forma e materialidade). Incorpora novos aspectos estruturais: características da informação financeira (relevância, fiabilidade e comparabilidade lideradas pela utilidade e compreensibilidade), princípios contabilísticos (mantiveram-se alguns princípios comuns face ao POC de 1977 à excepção do princípio da recuperação do custo das existências, por força das sucessivas alterações legais), critérios de valorimetria, normas de consolidação de contas e demonstrações financeiras consolidadas. Introduce a conta de acréscimos e diferimentos, os investimentos de médio e longo prazo, e altera a designação de algumas classes de contas (de meios monetários passou para disponibilidades, terceiros e antecipações para terceiros, custos por natureza para custos e perdas, proveitos por natureza para proveitos e ganhos).

As disposições do POC de 89/91 alargaram-se das contas individuais às contas consolidadas. A forma de apresentação das contas consolidadas foi alterada com a entrada em vigor da 7ª directiva, ao abrigo do DL nº 238/91 de 2 de Julho, que transpôs para a normalização nacional alterações ao Código das Sociedades Comerciais (art. 414º) e ao Código do Registo Comercial (art. 3º e 42º). Em suma as principais alterações ocorreram no balanço e na demonstração dos resultados.

Em 1995, o POC é adequado à 7ª directiva comunitária (DL 127/95 de 1 de Julho) e neste período assiste-se ao surgimento de múltipla legislação.

Em Setembro de 1999 é divulgado o DL nº 367/99 que se refere à obrigatoriedade de aplicação das directrizes contabilísticas nas empresas portuguesas. As directrizes contabilísticas são um conjunto de preceitos aprovados pela CNC e publicados em

Diário da República que servem para regular matérias específicas que complementam a produção de informação e os conteúdos do POC português. Apesar de ter sido criada uma Directriz Contabilística – DC 29 sobre matérias ambientais, sobre capital intelectual até ao momento não foi criada nenhuma directriz, norma ou outro regulamento que enquadre normativamente o capital intelectual. Para além da DC 29 as matérias ambientais também não têm expressão quer no POC ou em outro regulamento ou norma contabilística.

No mesmo ano, 1999, foi também publicado o DL nº 44/99 de 12 de Fevereiro com o propósito de introduzir o sistema de inventário permanente e a demonstração de resultados por funções. Este decreto viria a ser reformulado em 2003 com a entrada em vigor do DL nº 79/2003 de 23 de Abril que introduziu mais alguns números nos capítulos do Plano Oficial de Contabilidade.

Em nenhum dos novos capítulos o POC contemplou referências quer ao capital intelectual quer às matérias ambientais. O mesmo se passou com as alterações ao POC em 2004 e 2005.

Em 2004, o DL nº 88/2004 vem alterar as regras de valorimetria a aplicar às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, permitindo não só registos pelo justo valor como a preparação à adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, a vigorar em 1 de Janeiro de 2005.

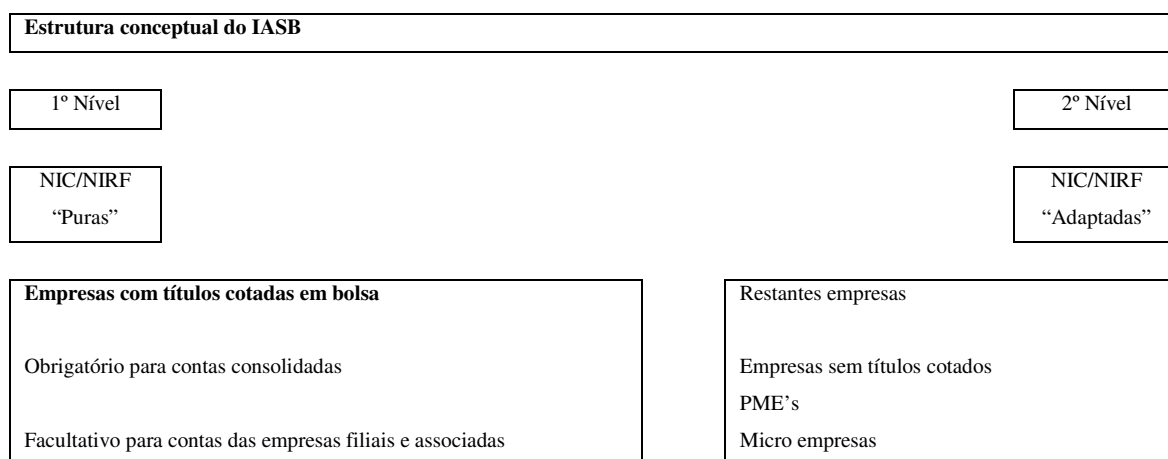
Pelo DL nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, o POC em 2005 é novamente alterado, destacando-se as alterações a nível conceptual, os conceitos de provisão e contingência nas contas do activo passaram a denominar-se ajustamentos, atendendo à sua caracterização e limites no plano normativo internacional. A origem desta mudança remonta a 1998 com a publicação da NIC 37 onde consta um novo conceito de provisão, que se pretende de aceitação universal. Nesse sentido, a 4ª Directiva foi reformulada e o POC português, por consequência, adoptou as suas disposições.

As modificações nas DF's, designadamente ao nível da nomenclatura das contas do balanço, da demonstração dos resultados e do anexo (capítulo VI do POC), não

introduzem mutações significativas¹². Servem para aproximar a relevação e relato da informação ao modelo da estrutura conceptual do IASB.

Outras alterações impostas pelo DL n° 35/2005 foram motivadas não só pela transposição da directiva comunitária n° 2003/51/CE como pela opção nacional da aplicação das NIC's, fruto do regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo à aplicação das normas internacionais. Tendo em conta esta legislação, em 2003 a Comissão de Normalização Contabilística elaborou um documento intitulado “PROJECTO DE LINHAS DE ORIENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NACIONAL”, com dois níveis de normalização de acordo com a estrutura conceptual e sistema normativo do IASB, conforme se expõe a seguir:

Esquema n° 1 - Projecto de normalização da CNC



Fonte: infocontab.com.pt

O projecto de normalização da CNC é composto por dois níveis: o primeiro nível aplica-se às empresas com valores admitidos à cotação. Estas empresas estão obrigadas a aplicarem as NIC's ou com a actual designação Normas Contabilísticas de Relato Financeiro - NCRF, ambas criadas pelo IASB. O segundo nível aplica-se às restantes empresas, que compõem a maioria do universo empresarial português. Estas empresas não estão obrigadas a aplicarem as NIC's ou NCRF quer em contas individuais quer em contas consolidadas. No caso destas empresas do segundo nível querem aplicar as

¹² A movimentação das contas e o reconhecimento dos valores permaneceu inalterável.

NIC's/ NCRF, estas normas não são exactamente iguais às do primeiro nível, mas adaptadas às especificidades das empresas que compõem o segundo nível, isto é, atenderão seu tamanho, volume de transacções e à natureza das transacções que tais empresas realizam.

Note-se que o DL n° 35/2005 não visa dar cumprimento ao projecto da CNC de normalização contabilística mas proceder à transposição para território nacional da referida directiva comunitária, obrigatória face ao ordenamento jurídico comunitário que é concretizado nos artigos 11° e 15° do diploma legal.

Quadro n° 5 – Aplicação das NIC e do POC (artigos 11°, 12° e 14° do DL n° 35/2005)

Entidades	Contas consolidadas		Contas individuais	
	POC	NIC	POC	NIC
Entidades cujos valores estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE (art. 11°, n° 1)	Facultativo (art. 11°, n° 2)	Obrigatório (art. 11°, n° 1)	Obrigatório Para efeitos fiscais (art. 14°)	Facultativo Condicionado à certificação legal de contas (art. 12°, n° 2)
Entidades obrigadas a aplicar o POC não abrangidas pelo art. 11°, i.e. as entidades sem títulos cotados em bolsa que sejam obrigadas pelo POC à consolidação de contas (art. 12°, n°1).	Obrigatório ♦	Facultativo Condicionado à certificação legal de contas (art. 12°, n° 1)	Obrigatório Para efeitos fiscais (art. 14°)	Facultativo Condicionado à certificação legal de contas (art. 12°, n° 2)
♦ As entidades referidas no art. 12° n° 1 não dispõem de um artigo de dispensa idêntico às entidades do artigo 11°, pelo que entendemos que se poderá interpretar da mesma forma, isto é, a obrigatoriedade da elaboração das contas consolidadas de acordo com o POC fica dispensada (i.e. facultativa) caso optem por elaborar as contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade.				

Fonte: Guimarães, s/d, On line.

5.1.3. Situação actual e perspectiva futura – Sistema de Normalização Contabilística

Na sequência do diploma 1606/2002 a CNC disponibilizou para as contas de 2005 novos formulários para o balanço, demonstração dos resultados e demonstração de fluxos de caixa.

Em 19 de Outubro de 2006, a CNC divulgou o projecto/rascunho do Sistema de Normalização Contabilística – SNC e, em 3 de Julho de 2007, aprova-o com previsão de entrada em vigor em 2008. De acordo com o “site” da CNC, a entrada em vigor

estava agendada para 2008. No entanto com o decorrer de 2008, a data de entrada em vigor parece dilatar-se no tempo, talvez para 2009 ou 2010.

Este novo sistema inspirado nas Normas Internacionais de Contabilidade, virá substituir o POC e legislação complementar. É um modelo semelhante ao do IASB, garantindo compatibilidade com as directivas contabilísticas comunitárias. Tem em conta diferentes necessidades de relato contabilístico face ao diferente ambiente/realidade económica e financeira que o irá acolher. Cumulativamente é um modelo flexível que permite adaptabilidade face às alterações que possam surgir nas normas do IASB. O que este modelo não inclui é referência à divulgação de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais.

A natureza do normativo legal a emitir para constituição do SNC apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro nº 6 – SNC – normativo legal a emitir

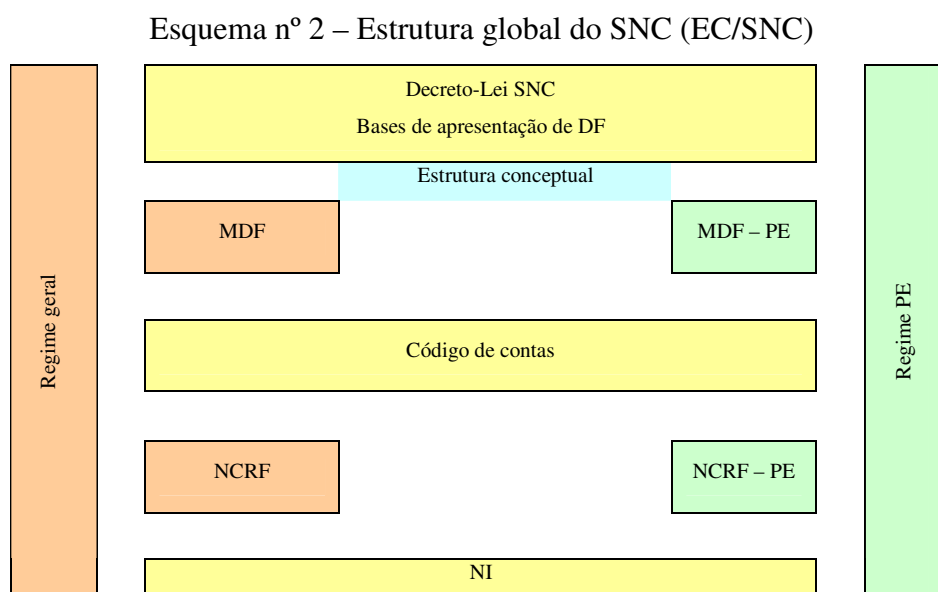
Normativo legal (natureza)	Conteúdo
Decreto-lei	<ul style="list-style-type: none"> – Criação do SNC, com as linhas estruturantes constantes do anexo; – Revogação do POC e legislação complementar (v.g. diplomas legais, directrizes contabilísticas, interpretações técnicas); – Âmbito de aplicação (entidades a quem se aplica)
Portaria	<ul style="list-style-type: none"> – Modelos de demonstrações financeiras; – Código de contas.
Aviso	<ul style="list-style-type: none"> – Estrutura conceptual (EC); – Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF); – Norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE); – Normas Interpretativas (NI)

Fonte: Guimarães, 2007, 43.

O SNC está estruturado da seguinte maneira: apresentação, bases para apresentação de demonstrações financeiras, âmbito, finalidade e componentes, continuidade, regime do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação, informação comparativa, modelos de demonstrações financeiras, código de contas, normas contabilísticas de relato financeiro para grandes e médias empresas, normas contabilísticas de relato financeiro para pequenas entidades e normas interpretativas. Em anexo é disponibilizada a estrutura conceptual.

As normas que compõem o SNC diferem das normas emitidas pelo IASB no cuidado para divulgação da informação para pequenas entidades. Este cuidado, que parece implicitamente ser seguido, melhora significativamente o relato financeiro nacional, suaviza a imposição da aplicação das normas internacionais e ajusta a informação à realidade socio-económica dessas pequenas empresas, ao mesmo tempo que apoia a internacionalização das empresas e promove a actuação dos profissionais da classe.

Esquemáticamente podemos observar a estrutura global do SNC:



Fonte: adaptado de Guimarães, 2007, p.49.

No esquema, observa-se a estrutura conceptual, o código de contas e as normas interpretativas como partes comuns quer para as pequenas como para as médias e grandes entidades. De acordo com a dimensão da empresa variam os modelos das DF's e NCRF. Enquanto para as grandes e médias empresas existem 28 NCRF, para as pequenas empresas existe uma única NCRF com 21 capítulos. Esta solução contabilística apresentada pelo SNC é um instrumento contabilístico de aplicabilidade geral, que não prevê níveis de normalização.

Apresenta dois regimes: o regime geral e o regime das pequenas empresas. Os dois regimes distinguem-se pelos modelos de demonstrações financeiras e NCRF que utilizam. Enquanto o regime geral aplica-se às médias e grandes empresas para as quais

apresenta modelos de demonstrações financeiras e NCFR que servem a preparação de contas. O regime das pequenas empresas apresenta modelos de demonstrações financeiras e NCFR adequadas às características das pequenas empresas, micro empresas e outras com dimensão semelhante.

Uma das diferenças entre o POC e o SNC é observada na hierarquização da aplicação das normas (definida na DC 18). Para o POC primeiro é o POC, directrizes contabilísticas – DC e interpretações técnicas – IT, depois as NIC’s (Regulamento 1606/2002). No SNC a hierarquia é a seguinte conforme o quadro seguinte:

Quadro nº 7 – Hierarquia do SNC

Níveis hierárquicos	Médias e grandes entidades	Pequenas entidades
1º	SNC	NIRF e NI
2º	NIC (Regulamento 1606/2002)	NIC (Regulamento 1606/2002)
3º	NIC, NIRF e SIC	NIC, NIRF e SIC

Fonte: elaboração própria.

Conceptualmente, o POC e as DC não definem reconhecimento, mensuração e conceitos dos elementos das DF’s. O SNC parece mais completo neste aspecto, inclui definição de reconhecimento, mensuração, conceitos fundamentais dos elementos das DF’s (activo, passivo e outros) e mais DF’s comparativamente com o POC.

Não obstante, as alterações futuras que serão introduzidas na Contabilidade nacional pelo SNC continuam a ser insuficientes para o tratamento e discussão dos seguintes assuntos que são centrais nesta tese:

- O capital intelectual, não é abrangido pela informação contabilística. Assim, a informação não pode dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económico-financeira. Apesar de não ser obrigatória a sua divulgação pelo POC, pelas DC, pelo SNC e NIC’s, a falta do seu valor não contribui para tornar útil o processo de tomada de decisão com base na informação divulgada.
- A informação sobre matérias ambientais nos regulamentos contabilísticos em vigor quando é voluntariamente disponibilizada, na maioria dos casos é relata em peças informativas adicionais (relatórios, pareceres, cartas, etc.). À

semelhança do capital intelectual cuja informação também pode divulgada em peças informativas adicionais, a informação ambiental se não for produzida afecta a imagem verdadeira e apropriada da situação da empresa e o processo de tomada de decisão. Se for divulgada em peças informativas adicionais, questiona-se a leitura da divulgação porque será feita sem critérios ou regras normalizadas pondo em causa as características da informação contabilística. Para o capital intelectual a situação é a mesma.

O problema da falta de informação divulgada no domínio do capital intelectual e das matérias ambientais pode ser resolvido por via da normalização contabilística ou a partir de uma estrutura conceptual que defina explicitamente e completamente os conceitos de activo, passivo e capital próprio e outros aspectos a abordar mais adiante. A estrutura conceptual do POC e do IASB não são suficientes para o seu tratamento. Se no futuro existe expectativa da Contabilidade em Portugal ser orientada pela estrutura conceptual do IASB transposta para o SNC, então os problemas em estudo vão manter-se. Bullen e Crook (2005, 3) referem que quer a estrutura conceptual do IASB, quer a do FASB, apesar da convergência entre os dois organismos, não serão alteradas em determinados aspectos. Referem os autores que “ *um aspecto que na estrutura não será mudado é a estrutura básica dos conceitos. Ambas as estruturas (do FASB e do IASB) estão organizadas de forma similar, começam com os objectivos, depois definem características qualitativas da informação financeira, elementos das demonstrações financeiras (incluindo activos, passivos, rendimentos e gastos) critérios para o reconhecimento nas demonstrações financeiras, atributos unidades de medida para reconhecimento de activos, passivos e finalmente apresenta as demonstrações financeiras, divulgações nas notas e outras formas de relato financeiro.*” (Ibid.)

Com a emergência de uma estrutura conceptual comum, estamos não só a caminhar para a harmonização contabilística mundial, como para um conjunto de soluções para os problemas contabilísticos, alguns em estudo nesta tese. Portugal, ao acolher a estrutura conceptual do IASB, está a progredir no processo de harmonização contabilística, mas não está a resolver o problema conceptual do capital intelectual e das matérias

ambientais. Se a normalização contabilística não é capaz de resolver o problema do capital intelectual e das matérias ambientais, porque não os contempla na informação contabilística a estrutura conceptual da contabilidade deverá fazê-lo para resolver este problema. Para isso deverá incluir o objecto da Contabilidade, referência da sua informação, objectivos e destinatários e os modelos de informação, capazes de incluírem toda a informação, nomeadamente relativa a capital intelectual e matérias ambientais. Cada um destes elementos de uma estrutura conceptual (objecto, referência, destinatários e objectivos e modelos de informação contabilística) será tratado no capítulo seguinte.

6. Síntese

A normalização contabilística sob a forma de um plano de contas iniciou-se em Portugal há mais de 30 anos, quando em 1977 é aprovado o primeiro POC que viria a ser reformulado em 89/91, 95 e 2005. Estas mudanças evidenciaram a influência internacional, principalmente após a adesão de Portugal à CEE. Também, o plano de contas francês, fonte de inspiração da normalização contabilística nacional, o IASB e o FASB se foram modificando, de tal forma que os acordos recentes entre o FASB e o IASB estão a permitir a harmonização contabilística mundial. Não obstante todos os esforços empregues para o melhoramento, alteração e conseqüente progresso da normalização contabilística o problema da divulgação de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais mantém-se até ao momento sem solução.

A ausência de normalização e as insuficiências da estrutura conceptual existente no POC, no SNC, no IASB e no FASB, contribuem para a permanência das dificuldades de relato do capital intelectual e matérias ambientais nas demonstrações financeiras tradicionais. Já que a normalização contabilística parece até ao momento não se preocupar com a regulamentação do capital intelectual e das matérias ambientais, a teoria contabilística deveria ser capaz de tratar estes valores na informação a divulgar. Quer em termos normativos quer em termos teóricos o seu tratamento é o mesmo. Para tal a estrutura conceptual do POC, do SNC, do IASB e do FASB terão de ser

reformuladas de modo a incluírem elementos que lhes estão em falta e compõem uma teoria da contabilidade.

O próximo capítulo trata de cada um dos elementos que uma estrutura conceptual deve incluir, para que seja capaz de solucionar o problema da informação sobre capital intelectual e matérias ambientais.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA

CONCEPTUAL

1. Introdução

Para o problema da falta de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais conforme já foi referido podemos por duas vias distintas encontrar solução: uma através da normalização, outra através de enquadramento teórico. No domínio da normalização contabilística verificou-se no capítulo anterior que a preocupação pela divulgação de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais tem sido escassa. Refira-se que esta preocupação tem sido escassa porque até ao momento não foi criada nenhuma norma nacional e internacional sobre estas matérias contabilísticas. O POC continua a não permitir incluir nas DF's a informação sobre capital intelectual e matérias ambientais em rubrica separada. A separação dos valores do capital intelectual e das matérias ambientais face à restante informação financeira ocorre quando se divulga esta informação em mapas informativos adicionais.

Embora o objectivo da informação contabilística seja produzir uma imagem verdadeira e fiel da empresa e apoiar o processo de tomada de decisão a falta de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais prejudica o objectivo da falta de informação contabilística.

Pela falta de solução na normalização contabilística, o relato da informação sobre capital intelectual e matérias ambientais poderá ser resolvido pela teoria contabilística, isto é pela estrutura conceptual da contabilidade, documento que serve de base à preparação da informação contabilística.

Uma estrutura conceptual, de acordo Gabás Trigo (1991, 19), *“é uma teoria contabilística de carácter geral que apresenta um estruturação lógico dedutiva do conhecimento contabilístico e define uma orientação básica para o organismo responsável de elaborar normas de Contabilidade de cumprimento obrigatório”*. Para Jorge Tua Pereda (2000, 184), é *“uma interpretação da teoria geral da Contabilidade, mediante a qual se estabelecem, através de um itinerário lógico dedutivo, os fundamentos teóricos em que se apoia a informação financeira”*

Uma estrutura conceptual é, pois, uma base de fundamentos que serve de guia à elaboração da informação contabilística. Para além disso permite colmatar insuficiências dos critérios valorimétricos, e terminologias distintas. Em suma trata-se de um código de regras e procedimentos.

Podemos dizer que uma estrutura conceptual para a contabilidade ou para outra qualquer ciência traduz resposta ao objecto dessa ciência, isto é, sobre o que é que ela incide, qual é o seu perímetro de actuação, os seus objectivos e os principais utilizadores e destinatários e os meios de que essa ciência se socorre para divulgar a informação sobre a qual ela incide. Da mesma forma que uma estrutura conceptual se aplica a uma ciência também se aplica a uma organização, traduzindo a sua forma e perímetro de actuação, os seus intervenientes e o resultado que as acções da organização provocam na comunidade em que está inserida ou nas comunidades que dela dependem.

A fim de clarificar este entendimento tomemos como exemplo a escola. A estrutura conceptual da escola/ensino deverá responder às questões citadas de acordo com:

Quadro nº 8 – Estrutura conceptual da escola/ensino

Elementos de uma EC	Questões a que respondem		Respostas
Objecto da escola/ensino	O quê?	O que é uma escola?	É o lugar de reunião de alunos, professores e demais intervenientes para o estudo, ensino de diferentes matérias instrutivas e educação disciplinar.
Referência da escola/ensino	A quem? Para quem?	Para quem está dirigida a escola?	De acordo com a legislação portuguesa a escola dirige-se aos indivíduos do sexo feminino e masculino, com capacidades físicas e intelectuais para o estudo, ensino, investigação e aprendizagem gradual de diferentes matérias.
Objectivos e destinatários da escola/ensino	Porquê?	Porque é que uma escola trabalha? Quais são os seus fins e objectivos?	Uma escola trabalha com o objectivo de ensinar, educar e formar pessoas sejam elas crianças ou adultos.
Modelos de escola/ensino	Como?	Como é que a escola executa os seus objectivos?	Com o auxílio de um conjunto de meios técnicos e materiais que suportam um conjunto de ferramentas necessárias ao bom ambiente e funcionamento de uma instituição cujo propósito é ensinar e educar.

Fonte: elaboração própria.

Conclui-se com base no quadro supra que a escola/ ensino tem por objecto a instrução e a educação, como perímetro a população em idade escolar com faculdades para o objectivo do ensino e da aprendizagem através de meios humanos, técnicos e financeiros que permitem assegurar os fins e o objecto da escola/ensino.

Tal como no exemplo da escola/ensino a estrutura conceptual da contabilidade baseia-se num código que fundamenta a prática e o entendimento contabilístico. Assim deverá incluir os seguintes elementos: objecto da informação contabilística, perímetro da informação contabilística, objectivos e destinatários da informação contabilística e modelos da informação contabilística.

2. Elementos de uma estrutura conceptual da Contabilidade

2.1. Objecto da informação contabilística

O objecto da informação contabilística é tudo sobre o que incide a informação contabilística. Para percebermos o que é a informação contabilística e o seu objecto temos que entender/definir o que é a contabilidade, pois é pela existência de contabilidade que existe a informação contabilística. Aceitado a definição de contabilidade que mais se encontra nos manuais da área podemos dizer que a contabilidade é um sistema de informação que visa dar informação sobre a riqueza. Com base nesta definição podemos identificar o objecto da informação contabilística, a riqueza

Nem o POC, o SNC a estrutura conceptual do IASB ou do FASB contém qualquer indicação explícita sobre o objecto da Contabilidade. Mas, as indicações implícitas são muitas:

- a) Os modelos de balanços, de contas de resultados, de demonstração de fluxos de caixa e os conceitos sobre elementos ou blocos de informação nas normas internacionais do IASB, implicitamente contém a caracterização dos elementos (riqueza) que são objecto da informação contabilística.

- b) No caso da normalização portuguesa, o conjunto de contas objecto de classificação (classes e listas de contas) contém implicitamente um conceito do universo abarcado.

A falta de indicação expressa do objecto da informação qualificada como contabilística acaba parcialmente suprida quando para definir “elementos” são avocados os conceitos de “recursos” e “benefícios económicos”. Estes termos são utilizados para definir activo, passivo, encargos, proveitos e outras grandezas contabilísticas maiores. Ora o conjunto de recursos corresponde, em terminologia vulgar, ou na terminologia tradicional contabilística portuguesa, a riqueza.

Se atendermos a que a posição financeira (§49 da EC do IASB) implica informação sobre activo, passivo e capital próprio, então podemos entender a riqueza como um conjunto de elementos correspondendo a:

- Activo e passivo
- Capital próprio
- Demonstração de resultados
- Alterações na posição financeira

Este conjunto de elementos que compõem a riqueza aparece no POC e nas Normas Internacionais de Contabilidade como blocos de informação em destaque nas seguintes DF's:

Balanço

Demonstração de resultados

Demonstração de fluxos de fundos ou caixa

Os modelos de balanços contidos no POC da empresa, e do grupo, apontam ambos para o reconhecimento do conjunto de bens económicos ao dispor da empresa, ou do grupo de empresas, como objecto de informação. Entendendo por capital próprio o valor global do conjunto verifica-se que não são coerentes os dois modelos de balanço constantes do POC. Vejamos em esquema:

Contas da empresa

Activo	Capital Próprio
	Passivo
Considerando ajustamentos e incluindo nos acréscimos e diferimentos todos os valores ainda não disponíveis para os titulares de capital	

Este modelo de balanço não só parece implicar que o objecto da Contabilidade é o conjunto de bens económicos ao dispor da empresa, como ainda que esse conjunto deve ser considerado tendo como referência os titulares de partes de capital.

Apreciando, em esquema, o balanço correspondente às contas do grupo, de onde sobressai desde logo, a não tomada de posição da entidade normalizadora relativamente à natureza dos valores correspondentes a interesses minoritários: nem são passivo nem são capital próprio, são deixados numa classe intermédia a que, presume-se, o utente dará o tratamento que considere mais adequado.

Contas consolidadas da empresa

Activo	Capital próprio
	Interesses minoritários
	Passivo

A não coerência entre os modelos relativos ao balanço da empresa e contas consolidadas no nosso POC impossibilita qualquer inferência relativamente ao entendimento da realidade representada em balanço.

A falta de coerência teórica pode ser uma explicação para a dificuldade de dar resposta contabilística à obrigação jurídica de determinar o capital próprio. Mesmo assumindo por agora que o capital próprio está referido à entidade, é ainda preciso identificar este com a situação líquida, para entender o conceito e o valor de capital próprio.

O conceito de capital próprio implica levantar a indeterminação sob a referência da informação. Para o efeito é importante determinar: qual o perímetro de activo e passivo? O capital próprio é dos sócios ou da empresa? Têm ou não direito a ele?

Considerando que a análise de Wahlen et al. (1999, 306) contribui para esclarecer a indeterminação da referência da informação, observe-se o quadro seguinte:

Quadro 9: Critério de decisão: risco de insolvência versus avaliação do Capital Próprio

		Avaliação do capital próprio	
		Direito não residual	Direito residual
Risco de insolvência	Exigível	Débito Opções de débito	
	Não exigível	Capital privilegiado Interesse minoritários Opções sobre capital privilegiado ou interesses minoritários	Acções normais Opções sobre acções normais

Fonte: Wahlen et al. (1999) *Comment letter to the FASB: Liability and Equity*, p. 306.

O capital próprio é o conjunto de valores não exigíveis à empresa na presunção da continuidade desta. Na delimitação do perímetro do conjunto da informação. O capital próprio como referido à entidade pode ser identificado com a situação líquida.

A falta de referência da informação contabilística, possibilitando demarcação clara das fronteiras da riqueza (património) representada, tem também implicações significativas no tratamento dos interesses minoritários. Tratando a empresa como entidade social com património próprio, o seu activo responde pelo seu passivo, os interesses minoritários correspondem a valores não qualificáveis como passivo porque são exigíveis em continuidade e incluem-se no capital próprio da empresa. Como foi notado a propósito do objecto da informação, o modelo de balanço para as contas de grupo, expressamente distingue os interesses minoritários quer do capital próprio quer do passivo.

Recapitulando o objecto e referência da informação contabilística são dois aspectos que compõem um dos elementos de uma estrutura conceptual da contabilidade. Pelo insuficiente tratamento de ambos, nas estruturas conceptuais consultadas sou de opinião que estes elementos devem estar claramente identificados, explicitados e definidos. Assim, em minha opinião, a estrutura conceptual da contabilidade deverá de forma a resolver a falta de objecto e referência da informação contabilística incluir entre outras as seguintes definições:

Quadro nº 10 – Principais termos no âmbito do objecto e referência do
objecto da informação contabilística

Termos	Descrição
Contabilidade	Sistema de informação que visa informar sobre riqueza.
Informação contabilística	Conjunto de peças financeiras e não financeiras, mapas e demais demonstrativos contabilísticos, elaborado de acordo com um conjunto de regras e princípios que têm o objectivo de demonstrar a realidade económica de uma entidade.
Património	Riqueza de uma entidade.
Posição financeira	Relação entre as grandes massas patrimoniais gerais: activo e passivo.
Activo	Elemento patrimonial com valor positivo que possa dar origem a benefícios económicos.
Passivo	Elemento patrimonial com valor negativo que sustenta a origem de benefícios económicos.
Capital próprio e Situação líquida	Diferença entre o activo e o passivo.
Recursos	Elementos activos.
Benefícios económicos	Resultado da aplicação dos activos da empresa.

Fonte: elaboração própria.

2.2. Objectivos e destinatários da informação

Conforme Staubus (1954,18), os contabilistas devem explicitamente e continuamente reconhecer um ou vários objectivos para a Contabilidade, sendo o maior objectivo desta disciplina providenciar a quantidade de informação económica necessariamente útil para o processo de tomada de decisão. As necessidades não podem ser servidas de igual forma nem baseadas numa demonstração financeira única (SATTA, 1977, 12). “... *Só as decisões dos investidores (em sentido lato) têm sido tomadas como base para teorias sobre informação ao exterior*” SATTA (1977, 13).

A estrutura conceptual internacional segundo Carqueja (2007, 22), “*tem como referência a Contabilidade financeira, destinada ao exterior, e explicita a utilidade para as decisões como objectivo*”.

Na estrutura conceptual do IASB os objectivos encontram-se nos termos a seguir transcritos: “*o objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição*”

financeira de uma empresa que seja útil a um leque vasto de utentes na tomada de decisões económicas.

As demonstrações financeiras preparadas para este propósito vão de encontro às necessidades comuns da maior parte dos utentes. Contudo, as demonstrações financeiras não proporcionam toda a informação que os utentes podem necessitar para tomarem decisões económicas uma vez que retrata largamente os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente informação não financeira...”

No POC os objectivos aparecem no capítulo III – características da informação financeira nos termos a seguir transcritos: *“as demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis a investidores, credores e a outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem outras decisões; contribuem assim para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais”.*

Em minha opinião acrescem a estes objectivos nacionais e internacionais da contabilidade, a elaboração de informação contabilística e o objectivo de traduzir uma imagem verdadeira e apropriada da situação económico financeira num determinado momento, com utilidade para o processo de tomada de decisão.

Apesar da aparente clareza na definição de objectivos apresentados na normalização nacional e internacional em vigor existem dificuldades de interpretação particularmente importantes. O ainda recente realce do valor justo como método e/ou critério para atribuição de valor implica secundarizar como objectivo contabilístico a prestação de contas e o controlo da actuação do agente. Qualquer destes objectivos é melhor servido pelo recurso a valores históricos. Por outro lado, a distinção em balanço do valor histórico e ajustamentos conducentes ao valor actual traduzem reconhecimento pela entidade normalizadora pela recente natureza dos dois tipos de valor (histórico e estimativas), facto não facilmente conciliável com os destinatários e objectivos declarados nem com a hierarquia de qualidades de informação.

Quer o IASB quer o POC reconhecem primeiramente a utilidade da informação para o processo de tomada de decisão e assim os investidores como destinatários privilegiados. A informação é produzida de acordo com os respectivos interesses, ou seja, informações ao utente do mercado de capitais. Hierarquicamente para os franceses e para os ingleses os objectivos e destinatários não são primeiramente os investidores e conseqüentemente o processo de tomada de decisão. Os franceses e os ingleses não privilegiam o investidor como destinatário superior da informação contabilística. Os franceses no §120.2 do PCG referem que a utilidade da informação produzida para o investidor resulta de informação conforme o conhecimento que os responsáveis pelo desenvolvimento das contas têm da realidade. Os ingleses no §1.6 da sua estrutura conceptual, Accounting Standards Board - ASB, indicam como objectivo primeiro da informação produzida prestar contas aos utentes. Quer os franceses quer os ingleses¹³ não subordinam a informação contabilística ao objectivo último de apoiar o processo de decisão do investidor e reconhecem outros fins, respectivamente o conhecimento que os responsáveis têm da realidade e a prestação de contas.

Entendemos que a estrutura conceptual a nível nacional deve acolher o conjunto dos destinatários reconhecidos na normalização internacional (estrutura conceptual do IASB), por imposição obrigatória, mas parece-nos que a solução francesa é a melhor opção, ao tomar como referência o conhecimento que os responsáveis têm da realidade.

A falta de hierarquização de objectivos e destinatários e do esclarecimento sobre a finalidade das demonstrações financeiras são explicação para o acolhimento sucessivo, sem alterações significativas, quer na seriação de contas, quer nos modelos das demonstrações financeiras, de duas abordagens ao tratamento dos impostos sobre o rendimento liquidado pelas empresas. Desde 1964, passando pelo POC de 1977 e 1989, os impostos sobre o rendimento foram objecto de informação com base no método do imposto a pagar até à alteração decorrente de 2003, data em que passou a ser adoptada a perspectiva em que se reconhecem impostos diferidos (DC 28).

¹³ Também consideram a utilização do justo valor, mas este critério não responde objectivamente aos interesses dos destinatários, na medida em que é usado em casos específicos (mercados financeiros), e nesse sentido, de aplicação restrita, não tem argumento suficiente.

2.3. Modelos de informação contabilística

Os modelos de informação contabilística preparados segundo o POC são elaborados de acordo com as características da informação contabilística (relevância, fiabilidade e comparabilidade) e os princípios contabilísticos reconhecidos até ao momento (continuidade, consistência, especialização, prudência, substância sobre a forma, custo histórico e materialidade).

Os modelos de DF's de acordo com o IASB são preparados atendendo aos pressupostos: regime do acréscimo e empresa em continuidade. O regime do acréscimo oposto ao regime de caixa, por a hipótese do contabilista reconhece todas as situações que respeitem a direitos ou obrigações, caso em que o reconhecimento ocorre quando da assinatura de um contrato, por exemplo, em contrato de compra e venda, nesta última hipótese, ao direito corresponde uma obrigação. Neste caso não é de presumir a diferença entre os valores absolutos porque ao conjunto corresponde valor zero. O princípio do acréscimo, baseado em considerar que não é o contrato mas sim a primeira prestação que lhe respeita que marca o momento do reconhecimento contabilístico como recurso e/ou obrigação, ao não reconhecer o conjunto direito e obrigação, aproxima-se da solução de lhe atribuir valor zero.

Aceites os pressupostos (regime do acréscimo ou empresa em continuidade) a utilidade da informação é condicionada pelas características qualitativas da mesma, proporcionando, ou não, uma reconstrução adequada da realidade sobre a qual se pretende informar. A preparação da informação financeira *“aplicando as características qualitativas e as normas contabilísticas apropriadas resulta em demonstrações financeiras que transmitem o que é geralmente entendido como imagem verdadeira e apropriada, ou como apresentando razoavelmente, tal informação”* (IASB, 2001, 17, §46).

A imagem verdadeira e apropriada propicia utilidade na informação produzida. Se não há informação sobre capital intelectual e matérias ambientais e se discutem conceitos de activo, passivo e capital próprio em causa está a imagem verdadeira e apropriada da empresa e prejudicada a utilidade da informação. Para que não haja prejuízo da utilidade

informativa, isto é, da imagem verdadeira e apropriada, o capital intelectual e as matérias ambientais devem ser analisados e consideradas ou na normalização contabilística ou na estrutura conceptual da contabilidade.

3. Síntese

Se o tratamento contabilístico do capital intelectual e das matérias ambientais não é resolvido na normalização nacional, internacional e na normalização dos americanos, então deve ser tratado na estrutura conceptual da contabilidade. Na estrutura conceptual da contabilidade residem as bases para a elaboração de toda a informação contabilística. A estrutura conceptual da contabilidade é composta por um conjunto de elementos que permitem responder às questões: o quê? (objecto da informação contabilística), a quem? (referência da informação contabilística), porque? (objectivos e destinatários da informação contabilística) e como? (modelos da informação contabilística).

O objecto da informação contabilística trata dos elementos sobre os quais a informação contabilística incide, no caso a riqueza.

A referência da informação contabilística apresenta o perímetro da informação contabilística, específica quais os valores que pertencem à empresa e os que pertencem aos sócios.

Os objectivos e destinatários são um dos elementos da estrutura conceptual da contabilidade que já se encontram relativamente expressos na estrutura conceptual nacional e internacional. Em ambas as estruturas conceptuais o objectivo maior é traduzir informação verdadeira e fiel do retrato da empresa, e utilidade ao processo de tomada de decisão. Assim, em ambas as estruturas conceptuais, do POC e do IASB, o destinatário principal é o investidor.

Os modelos da informação contabilística preparados segundo o POC de acordo com as características da informação contabilística e preparados segundo o IASB de acordo com o regime do acréscimo ou de acordo com o pressuposto da empresa em continuidade, não revelam a totalidade dos valores a incluir nas DF's. Falta informação relativa ao capital intelectual e às matérias ambientais o que prejudica o objectivo preconizado nas estruturas conceptuais, imagem verdadeira e fiel da empresa e utilidade ao processo de tomada de decisão. Também os destinatários da informação saem

prejudicados, principalmente o destinatário privilegiado, o investidor, porque tem necessidade de informação que não é divulgada nos modelos de informação contabilística publicados.

Em causa está também o objecto da informação contabilística, que não inclui toda a riqueza, isto é, tudo sobre o que incide a informação contabilística. E prejudicada está também a referência da informação contabilística porque o perímetro da informação de uma entidade não está a ser respeitado. Se o perímetro deve incluir toda a informação que seja relativa a uma empresa, então o capital intelectual e as matérias ambientais, que digam respeito a essa empresa deverão fazer parte desse perímetro e da riqueza da empresa, isto é do objecto e da referência da informação contabilística.

Conclui-se com base no capítulo II e III que quer a normalização contabilística quer a estrutura conceptual, nacional e internacional e dos americanos não tiveram preocupação pelo tratamento contabilístico do capital intelectual e das matérias ambientais.

Não obstante, estes temas são frequentemente debatidos e analisados em congressos de contabilidade e em periódicos. Por se tratarem de temas actuais que se encontram relacionados quer pela via de solução (normativa ou teórica) quer pela falta de informação contabilística, pretende-se no próximo capítulo averiguar o que os investigadores nacionais pensam sobre cada um deles (capital intelectual e matérias ambientais).

CAPÍTULO IV – CAPITAL INTELECTUAL

1. Introdução

Conforme foi referido no capítulo da normalização contabilístico e no capítulo da estrutura conceptual, quer a normalização contabilística em vigor quer a estrutura conceptual da contabilidade não tratam o capital intelectual e as matérias ambientais.

Por esse motivo quer o capital intelectual quer as matérias ambientais são um problema de falta de divulgação de informação com que a contabilidade se depara. Esta falta de informação trata-se de um problema sério, porque a necessidade de uso de informação sobre capital intelectual e matérias ambientais tem crescido ao longo das últimas décadas. São várias as razões apontadas para o interesse na informação sobre capital intelectual e matérias ambientais, seja pelo valor, seja pelo impacto que produzem na imagem organizacional, seja pela utilidade ao processo de tomada de decisão.

É por estes motivos, valor, imagem e utilidade, que o capital intelectual e as matérias ambientais se relacionam. Também se relacionam pela falta de preocupação pelo seu tratamento na normalização contabilística e na estrutura conceptual da contabilidade. Podemos também dizer que se relacionam pelo debate simultâneo que é feito nas comunicações dos congressos de contabilidade e nos artigos publicados em periódicos nacionais em análise nesta tese. O capital intelectual e as matérias ambientais têm solução na normalização contabilística ou na teoria da contabilidade.

Assim, este estudo tem por objectivo verificar e analisar o que estudam e tratam os investigadores nacionais sobre capital intelectual e matérias ambientais. Ao longo dos últimos congressos de contabilidade realizados em Portugal e nos periódicos nacionais com maior referência na área contabilística, desde o último século a literatura sobre capital intelectual e matérias ambientais tem crescido. O aumento de comunicações e artigos publicados tem potenciado alternativas ao tratamento contabilístico do capital intelectual e das matérias ambientais, assim como criticas aos assuntos em aberto, capital intelectual e matérias ambientais. Face a estes assuntos em aberto na contabilidade pretende-se averiguar com base na literatura consultada os seguintes aspectos:

1. Informação relativa a capital intelectual. O capital intelectual, é, ou não, abrangido pela informação a veicular nas demonstrações financeiras, isto é, o capital intelectual está compreendido no objecto da informação contabilística?
2. Informação relativa a matérias ambientais. A informação veiculada nas demonstrações financeiras, incluindo o anexo, é adequada às necessidades de informação actuais, no que se refere a matérias ambientais?

2. Capital intelectual

2.1. Conceito e evolução histórica

As organizações passaram por grandes mudanças na sua história. Essa evolução deveu-se a uma maior produtividade. Em concordância, Crawford (1994) refere que a força que impulsiona essa mudança é a procura de um aumento da produtividade, que tem como principal causa as inovações¹⁴. Essas mudanças levaram as organizações a actuarem como produtoras do Conhecimento. Mas, para as organizações chegarem a este estágio, a sociedade passou por várias fases na sua história. Como refere Crawford (1994), a história divide-se em quatro sociedades básicas: a sociedade primitiva, a sociedade agrícola, a sociedade industrial e a sociedade do Conhecimento. As diferenças básicas entre estas sociedades no que respeita à economia são:

a) Sociedade primitiva: descreve-se como uma sociedade cujo objectivo principal era a colecta, a caça e a pesca;

b) Sociedade agrícola: traduz-se como uma sociedade voltada para a produção de alimentos. O recurso principal da sua economia era a terra;

c) Sociedade industrial: a principal actividade económica nesta sociedade era a produção de bens padronizados. Surgiu com a revolução industrial, em pleno século XVIII, em Inglaterra, e rapidamente se difundiu por todo o mundo. O capital físico era o principal recurso;

d) Sociedade do Conhecimento: é a actual sociedade, emergida durante o século XX, famosa pelas suas múltiplas descobertas. Nesta sociedade verificou-se uma inversão no valor dos inputs¹⁵ da produção. Trata-se de uma sociedade em que os serviços do

¹⁴ Pode-se tentar definir este conceito como algo que resulta de novas ideias em administração e tecnologia.

¹⁵ Passou-se do capital – energia – matéria-prima, para o Conhecimento.

conhecimento são a sua principal actividade. O capital humano é o seu recurso fundamental.

Para os diferentes níveis de mudança organizacional, as empresas necessitaram de se adaptar e até mesmo antecipar-se, sob pena de perder vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes. Uma forma de assegurar a manutenção e conquista de novas vantagens competitivas foi através do capital intelectual mais especificamente o capital do Conhecimento¹⁶.

Conforme Cavalcanti et al. (2001), a empresa necessita cada vez mais das informações sobre os capitais do Conhecimento, tais como: o capital ambiental, estrutural, intelectual e o capital de relacionamento. Todas estas informações fazem parte do conjunto de elementos intangíveis que constituem a nova forma de produção e negociação empresarial, isto é, a criação do conhecimento.

O termo capital intelectual teve a sua origem na propriedade intelectual. Ele representa os componentes do conhecimento de uma empresa, reunidos e legalmente protegidos, originando um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas.

O conceito de capital intelectual desenvolveu-se gradualmente ao longo dos séculos. Apesar da contínua fidelidade a ideias antigas, assiste-se a um crescimento progressivo de comunicações nos congressos de contabilidade e artigos publicados acerca deste assunto. Os elementos intangíveis são muitos, mas um deles, o capital humano, é dos que têm suscitado mais interesse de estudo, levando até à descoberta de que os investimentos em capital humano resultam em maiores retornos para os accionistas. O capital humano é assim o ponto central na transformação global mundial. Como afirma Crawford (1994), as mudanças que estão a ocorrer são tensas e turbulentas para muitas pessoas, mas, transmutar o mundo numa economia baseada no capital intelectual é, provavelmente, o passo com maior probabilidade de sucesso alguma vez dado na história do desenvolvimento económico do mundo.

¹⁶ Para isso torna-se necessário utilizar ferramentas administrativas adequadas, para que a organização visualize a relação existente entre os capitais do Conhecimento, para que os possa gerir mais eficientemente, e com isso obter vantagens competitivas.

A literatura nacional e internacional sobre capital intelectual é relativamente unânime no seguinte aspecto: o capital intelectual é composto por um conjunto de elementos. No conjunto de elementos do capital intelectual os que mais se destacam em comum nas definições consultadas são: estrutura organizacional, conhecimento humano e inovação. Para efeitos de síntese da literatura consultada, apresenta-se no quadro seguinte um conjunto de definições de capital intelectual encontradas na literatura nacional e internacional. No quadro encontram-se os autores e definições que mais vezes foram encontradas:

Quadro nº 11 – Pequena amostra de literatura sobre capital intelectual

Literatura internacional sobre o conceito de capital intelectual		Literatura nacional sobre o conceito de capital intelectual (congressos de Contabilidade: 2002, 2004 e 2006)	
Brooking (1996, 12)	<i>“Uma combinação de activos intangíveis, oriundos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, média e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam o seu funcionamento”.</i>	Silva (2002, 3)	O capital intelectual é visto como um activo principal que contempla o capital humano, a lista de clientes fieis, quotas de mercado, direitos de publicação, talentos de gestão, patentes, marcas, etc.
Stewart (1998, XIII)	<i>“soma do conhecimento de todos numa empresa, o que lhe proporciona vantagens competitivas. Ao contrário dos activos, com os quais os empresários e contabilistas estão familiarizados (propriedade, fábricas, equipamento, dinheiro), o capital intelectual é intangível”.</i> O capital intelectual representa a força de trabalho, a aprendizagem partilhada estabelecendo um elo entre a empresa e os seus clientes e, ao contrário dos activos contabilísticos convencionais, o capital intelectual é imaterial.	Moreira e Pereira (2002, 6)	Os activos intangíveis têm falta de substância física e possuem um elevado grau de incerteza quanto a benefícios futuros.
Edvinsson e Malone (1998, 10)	<i>“É igual à soma do capital humano e capital estrutural de uma organização”, o valor do capital intelectual excede, muitas vezes, o valor dos activos que constam no balanço; o capital intelectual é a matéria-prima da qual os resultados financeiros são feitos e, os directores e gestores têm que distinguir dois tipos de capital intelectual, chamados de capital humano e capital estrutural”.</i>	Oliveira et al. (2002, 16)	“é o diferencial competitivo ente as organizações ...É o diferencial entre o valor contabilístico e o valor de mercado das entidades”.
Petty e Guthrie (2000, 158)	<i>“O valor económico de duas categorias de activos intangíveis de uma empresa: i) o capital organizacional ou estrutural e o ii) capital</i>	Marques (2004, 5)	Tem origem nos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes das pessoas que fazem, parte da organização.

	<i>humano</i> ”.		
Brennan e Connell (2000, 206)	“ <i>É a diferença entre o valor financeiro e o valor de mercado de uma organização</i> ”,	Garcia e Bastos (2004, 5)	Corresponde à existência de um capital que indubitavelmente tem um valor real mas ainda não tem uma forma única e padronizada de medir.

Fonte: elaboração própria.

Observando o quadro anterior a definição de capital intelectual que adopto para prosseguir este estudo é a de Silva (2002). Escolho-a porque de todas me parece a mais abrangente, isto é, a que consegue enumerar um conjunto diversificado de elementos que compõem o capital intelectual. Silva (2002, 3) refere que o capital intelectual abarca o conhecimento humano, as relações com os clientes e o mercado e direitos diversos. Entendo que com esta definição de capital intelectual se evidencia a dificuldade de mensurar e divulgar o capital intelectual, devido à subjectividade de alguns dos seus componentes. No âmbito da mensuração e divulgação do capital intelectual a normalização contabilística deve possibilitar que uma entidade divulgue a imagem verdadeira e apropriada da sua situação económica, financeira e monetária e que a informação divulgada seja útil aos diferentes utilizadores do relato contabilístico.

2.2. Interesse da informação sobre capital intelectual

Dado o interesse que o capital intelectual tem em termos económicos e financeiros, seria suposto ser registado, contribuir para a formação dos resultados, aumentar o valor da empresa a que pertence e, em suma, servir a imagem verdadeira e apropriada da situação da empresa sendo útil ao processo de tomada de decisão. O que acontece contabilisticamente é que este capital não é reflectido nas contas da empresa. Não basta portanto que existam necessidades dessa informação ou esperança quanto à inclusão do valor do capital intelectual nas demonstrações financeiras é preciso que o capital intelectual seja divulgado.

Neste sentido, urge solução contabilística, que permita o seu relato contabilístico, dado que, parece haver evidência de que a falta de divulgação do capital intelectual prejudica a leitura dos valores apresentados nas contas das empresas e deteriora o processo de tomada de decisão e a utilidade que os destinatários e utilizadores da informação contabilística retiram dela.

As críticas crescentes quanto à real capacidade da Contabilidade em apresentar informação contabilística com valores muito divergentes da informação financeira produzida com base nos mercados de capitais, procuram resposta para o reconhecimento e mensuração contabilística do capital intelectual. A existência dos elementos intangíveis que não são reconhecidos contabilisticamente constitui um problema que se agrava à medida que estes elementos se tornam cada vez mais importantes para as novas organizações (Rodrigues e Oliveira, 2001, 144).

É imprescindível aos gestores o conhecimento, identificação e mensuração dos activos ocultos (intangíveis¹⁷) para poderem gerir a continuidade de uma entidade e a divulgação de informação próxima da realidade económica (Antunes, 2000). Em resultado da falta de reconhecimento do capital intelectual pela Contabilidade, a inexistência de medidas contabilísticas e de um mercado para transacção de determinados elementos intangíveis, torna a informação contabilística produzida e divulgada desfasada da realidade da entidade a que se refere, pondo em causa o valor e importância do relato contabilístico. A esta insuficiência da contabilidade acrescem os seguintes aspectos: imagem verdadeira e apropriada e destinatários da informação contabilística.

i. Imagem verdadeira e apropriada.

Um dos objectivos da Contabilidade é normalmente entendido como o de “*apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da empresa*”. A Contabilidade deve permitir que se saiba a todo o instante onde estamos, para onde vamos, como vamos e onde vamos chegar, em termos monetários conforme as práticas contabilísticas (Gil, et al., 2006, 5). Além disso, o património da empresa deve reflectir, quer os elementos tangíveis, quer os elementos intangíveis, porque se algum deles não for valorizado e divulgado, o relato contabilístico é inócuo (ibidem).

¹⁷ Os intangíveis são geralmente caracterizados como valores não monetários e sem existência física. Ao contrário do que acontece com a generalidade dos elementos patrimoniais tangíveis, o valor de muitos intangíveis não pode ser aferido com base em preços estabelecidos em mercados activos. Alguns não são transaccionáveis e a sua especificidade também não permite a analogia com o valor de bens similares.

Observando as DF's existentes, a informação a divulgar permite o relato de valores tangíveis e apenas de alguns intangíveis. Assim, o poder explicativo das DF's está em queda porque os critérios de medida e valorização dos intangíveis deixaram de responder às necessidades informativas da actual economia. Para o não reconhecimento do capital intangível contribuem nomadamente os seguintes aspectos:

- Normas contabilísticas elaboradas de acordo com a estrutura das empresas tradicionais;
- Problemas de dificuldade de medida, cujo risco aconselha ao seu não reconhecimento nas DF's.

A primeira norma contabilística sobre intangíveis foi emitida pelo American Institute of Accountants, em 1944, no Accounting Research Bulletin nº 24 (ARB 24), Accounting for Intangible Assets. Esta norma surgiu na sequência de importantes movimentos de concentrações empresariais e também no âmbito da revolução industrial em finais do século XIX e início do século XX.

54 Anos mais tarde, em Outubro de 1998, o International Accounting Standards Board - IASB publicou a International Accounting Standard IAS 38, Intangible Assets (activos intangíveis).

Não obstante da publicação de uma norma sobre intangíveis a dificuldade para divulgar o capital intelectual mantêm-se.

Em Portugal, até hoje não foi criada nenhuma norma, directriz, regulamento ou outra forma legislativa para a contemplação dos elementos intangíveis nas DF's. O actual modelo contabilístico português reconhece os elementos intangíveis adquiridos externamente, mas trata como custos no período em que são incorridos grande parte dos dispêndios efectuados para produzir intangíveis internamente. Desta forma duas empresas em tudo semelhantes podem apresentar demonstrações financeiras muito diferentes.

Existe também a percepção de que a qualidade da informação contabilística pode ser melhorada se as demonstrações financeiras incluírem divulgações sobre os intangíveis

presentes na vida das empresas, em especial, sobre os que porventura não cumpram os critérios de qualificação como activos e passivos.

Apesar de se tratar de um tema que origina muita controvérsia estando esta relacionada com a volatilidade, a incerteza, a subjectividade associada a tais elementos e a insuficiência da normalização, a Contabilidade financeira não se pode exonerar da discussão em curso:

- Procurar estabelecer um enquadramento mais coerente com a generalidade dos intangíveis; e,
- Incentivar divulgações no anexo das demonstrações financeiras tradicionais, porventura facultativas, mas normalizadas e credíveis, para os intangíveis que não puder ou não “quiser” acomodar no balanço.

Tornar o actual modelo contabilístico nacional e internacional mais consistente com a informação de capital intelectual divulgada não significa tratar de forma semelhante elementos diferentes. No que se refere a intangíveis deve-se atender à especificidade do elemento em causa, uma vez que os intangíveis não formam uma classe homogénea. Em particular, para efeitos de determinação de medida inicial, será necessário:

- Distinguir os elementos susceptíveis de avaliação em termos individuais;
- Determinar os que possuem atributo relevante para que possa ser medido com suficiente fiabilidade; e,
- Para os restantes, considerar se é viável a avaliação conjunta, em termos residuais, a partir do valor da empresa como um todo.

Na esfera contabilística são alguns os organismos que têm efectuado pesquisa sobre este tema. O Institute of Chartered Accountants in England e Wales - ICAEW publicou em 2000 um estudo sobre novas medidas para a chamada nova economia. Uma das propostas apresentadas foi a criação de um Intellectual Capital Balance Sheet semelhante ao Intangible Assets Monitor de Sveiby (1997) e ao Skandia Navigator de Edvinsson e Malone (1997).

O Canadian Institute of Chartered Accountants - CICA iniciou em 1994 um projecto sobre os problemas de relato financeiro na chamada nova economia, de que resultou, em 1995, um relatório intitulado Performance Measures in the New Economie onde se

reconhece a necessidade de encontrar melhores medidas de desempenho do que as proporcionadas pelo actual modelo contabilístico internacional.

Em finais da década de 90, os estudos e sugestões apontam no sentido de se conceber um relato único mais eficaz para o relato do capital intelectual e das matérias ambientais, o Extensible Performance Reporting – EPR. Este relato contabilístico tem o propósito de divulgar a informação sobre responsabilidade Social Empresarial – RSE, relato sustentável, relato ambiental, relato do capital intelectual, etc. O seu objectivo é cobrir toda a acção da empresa que agrega e contribuiu para a formação de valor. Este relato debruça-se sobre a identificação e relato dos aspectos não financeiros do capital intelectual e matérias ambientais. A informação contabilística do capital intelectual e das matérias ambientais divulgada pelo EPR tem tido mais desenvolvimentos nos EUA, Japão e Austrália. É dividido em duas partes: a primeira parte inclui a prática de relato não financeiro com elementos do Balanced Scorecard e do Triple Bottom Line – TBL considerando a legislação sobre a prática de relato contabilístico, diminuindo os conflitos de interesses e a fraude; a segunda parte foca o relato do capital intelectual, a responsabilidade social e a sustentabilidade, tendo por base organismos como o Global Reporting Initiative – GRI e as Nações Unidas, e projectos, como o MERITUM (Chua, 2006).

O EPR surgiu para além das questões de valor e relevância das DF's tradicionais, nasceu na era da economia em mudança onde os recursos intangíveis e o capital intelectual são mais importantes que o capital físico e financeiro (Guthrie e Boedker, 2006).

Em Portugal, este relatório (EPR) não é seguido pelas empresas e a legislação que foi e está a ser criada, não parece considerar o relato da informação (capital intelectual e matérias ambientais) no seu conjunto, mas sim em separado.

ii. Destinatários da informação contabilística.

Como referido em objectivos e destinatários da informação contabilística no capítulo III da estrutura conceptual da contabilidade os destinatários da informação contabilística preconizados no POC são vários mas, independentemente das suas necessidades

específicas, a informação contabilística é preparada de acordo com o objectivo de traduzir uma imagem verdadeira e apropriada da empresa. Logo, é sobre essa informação contabilística que os utilizadores poderão recolher a informação de que necessitam. O quadro seguinte sumaria as principais necessidades:

Quadro nº 12 – Necessidades dos destinatários da informação contabilística

Destinatários	Necessidades
Investidores	Tomada de decisões.
Financiadores	Solvência da empresa. Volume total de activos. Capacidade de gerar valor no futuro.
Trabalhadores	Continuidade da empresa.
Fornecedores e outros credores	Solvência da empresa. Volume total de activos. Capacidade de gerar valor no futuro.
Administração pública	Cumprimento das obrigações legais e fiscais.
Publico em geral	Efeitos periféricos do capital humano na ambiente envolvente em que a entidade se encontra localizada.

Fonte: elaboração própria.

Parece, importante referir que a informação intangível é útil não só para os elementos internos à organização como para os externos. Estes últimos menos privilegiados com a acessibilidade à informação que é produzida e veiculada internamente pela empresa, podem apenas socorrer-se dos elementos publicamente disponíveis.

De salientar que o objecto da Contabilidade não é dar valor de mercado à empresa ou aos seus elementos, mas facultar informação útil para a tomada de decisões empresariais ou ao cálculo desse valor. Assim, se um dos objectivos das demonstrações financeiras é dar informação sobre os recursos económicos da empresa, os elementos intangíveis que constituem os recursos económicos tornam-se potenciais candidatos a serem reconhecidos como activos.

No modelo contabilístico actual há uma tendência para reconhecer nos custos grande parte das despesas com os intangíveis, o que faz com que estes raramente apareçam no balanço por exemplo, as despesas de investigação e desenvolvimento. Porém, o reconhecimento de alguns intangíveis na demonstração do resultados não é a forma

mais eficiente de os tornar visíveis já que estes são classificados de acordo com a natureza e com a função que desempenham. Como consequência desta prática contabilística, os utilizadores não encontrarão na informação contabilística divulgada referência quantitativa a valores intangíveis (Rodrigues e Oliveira, 2001, 145).

iii. Medição e análise do capital intelectual.

Na bibliografia consultada, verificou-se que sempre existiram diferenças entre a percepção do valor de mercado e a realidade contabilística. Mas, actualmente, essa diferença está a tornar-se maior, o que demonstra uma falha sistémica na maneira como se mede o valor de uma organização. Trata-se de uma distorção fundamental entre o que se encontra nos balanços patrimoniais das empresas e o desempenho real dessas empresas.

As principais diferenças observadas na prática foram:

- Falta de visão holística da organização e do meio ambiente, desconhecimento (inclusive financeiramente) do capital intelectual da organização.
- Necessidade da adequação dos valores das empresas focando a sua sobrevivência, lucratividade e permanência no mercado.
- Inexistência, na legislação POC actual, de algo que regulamente ou contemple os valores intangíveis de uma organização. Assim, a falta de divulgação no balanço patrimonial do valor do capital intelectual prejudica a imagem e os valores reais de uma organização.

O POC enquanto documento de apoio à elaboração da informação contabilística dedica poucas linhas à noção, mensuração e relato dos intangíveis. Sobre intangíveis refere: *os imobilizados intangíveis englobam nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão*". Esta insuficiência de tratamento dos intangíveis é compensada em parte na DC nº 7, despesas de investigação e desenvolvimento, e na DC nº 13, trespasse. Os restantes intangíveis foram deixados de parte, pelo que permanecem as dúvidas quanto ao tratamento a dar aos restantes valores incorpóreos.

Colauto e Lamournier (2006, 3) referem que a Contabilidade pode oferecer “*propostas de sistemas de informação que avaliem e informem o desempenho da organização ... contemplar o conhecimento e analisar como os activos do conhecimento operam e se manifestam, bem como entender o porquê de se gerir o capital intelectual, parece estar entre as prioridades das empresas, uma vez ser considerado a principal fonte de vantagem competitiva da actualidade*”(Ibidem).

Ao longo do tempo diferentes modelos rácios e indicadores económicos e financeiros de capital intelectual têm sido utilizados para medir o seu valor.

Dentro do conjunto dos modelos mais utilizados e mais vulgarmente citados na literatura consultada destacam-se os seguintes:

Quadro nº 13 – Principais modelos de capital intelectual

Nome do modelo	Autores e / ou Criadores	Conceito de capital intelectual (ênfase no valor humano)	Formas de mensuração	Formas de reconhecimento
Balanced Scorecard (1992)	Robert Kaplan David Norton	A capacidade e competência das pessoas para a aprendizagem e acção possibilitam habilidade para melhorar a apreender mais na e sobre a empresa.	Avaliação sobre quatro perspectivas: financeira, cliente, aprendizagem e crescimento e dos processos internos. Todas estão voltadas para a visão e estratégia da empresa. Cada uma destas perspectivas é elaborada com base em indicadores.	Activo; Fora das DF's tradicionais.
Tecnology Broker (1996)	Anne Brooking	O valor humano compreende os benefícios que o indivíduo pode proporcionar na organização por meio da sua experiência, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas de forma colectiva e dinâmica.	O valor do capital intelectual é obtido através das respostas a um questionário – auditoria do capital intelectual, que cobre as quatro categorias que formam este modelo: activos de mercado, propriedade intelectual, humanos e de infra-estrutura.	No activo; No capital intelectual em conjunto com os demais intangíveis que dele fazem parte.
Monitor de activos intangíveis (1997)	Karl Erik Sveiby	O estudo do capital humano incide na percentagem de melhoria das competências, na experiência prática, na inovação, nos valores e atitudes e no índice de rotatividade.	Permite avaliar o crescimento do capital intelectual sem avaliar de forma financeira o conhecimento (capital humano).	No activo; Nos intangíveis; No balanço patrimonial.
Skandia Navigator (1997)	Leif Edvinsson Michael Malone	O foco humano implica a rotatividade do pessoal, percentagem de gestores, proporção de gestores mulheres, custos com o treino e prática e educação por funcionário.	Apresenta 30 indicadores económicos e financeiros.	Relatório de capital intelectual à parte das Df's tradicionais.

Modelo de direcção por competências (1998)	E. Bueno	No capital humano são considerados atitudes, conhecimento e capacidade organizacionais.	Apresenta quatro blocos (capital organizativo, humano, tecnológico e relacional) que reflectem os três pilares da direcção estratégica por competências. A mensuração é feita através de fórmulas.	Fora das Df's tradicionais.
Modelo Intelecto (1998)	Euroforum	Refere que o capital humano é o conhecimento tácito ou explícito útil para a empresa com capacidade de regenerar-se (aprendizagem). O capital humano é a base para geração de outros tipos de capital intelectual. A forma de distinguir o capital humano é que a empresa não o possui, não pode comprá-lo somente alugá-lo durante um período de tempo.	O modelo está dividido em blocos e elementos e indicadores. Os blocos agrupam os activos intangíveis de acordo com a sua natureza. Os activos intangíveis que se consideram dentro de cada bloco são os elementos. Os indicadores vão medir ou avaliar os elementos.	Em relatório fora das demonstrações financeiras tradicionais.

Fonte: elaboração própria.

A exemplo destes modelos muitos outros poderiam ser objecto de análise, mas não são tão citados nos congressos de Contabilidade e nas publicações periódicas consultadas. A emergência destes modelos no actual mundo de negócios vem responder à necessidade de toda a informação disponível e “indisponível” para proceder à tomada de decisões acertadas e tornar a imagem fiel e verdadeira da empresa. É neste contexto que se verificam insuficiências que são maiores na parte contabilística do que na parte de gestão da empresa, mormente na gestão estratégica.

Comparativamente, estes modelos baseiam-se mais numa análise qualitativa do que quantitativa. O seu reflexo contabilístico não é visível, porque não atendem às preocupações de medida e natureza dos intangíveis. Assim, o ambiente financeiro da empresa encontra-se comprometido pois, se por um lado, os gestores afirmam ter encontrado diferentes modelos de medição do capital intelectual cada um superiormente capaz de medir e valorizar o capital intelectual, por outro surge os contabilistas que em desacordo referem problemas a vários níveis nomeadamente:

- Inexistência de um modelo contabilístico aceite por todos;
- Carência de uma unidade de medida da riqueza do capital intelectual;

- Dificuldade de averiguar todas as componentes do capital intelectual e atingir um consenso;
- Necessidade de um normativo nacional, internacional e mundial capaz não só de medir com eficiência os intangíveis em geral, como permitir o seu reconhecimento, mensuração e divulgação homogénea em qualquer parte.

Para salientar mais especificamente as insuficiências contabilísticas dos modelos citados sintetizam-se no quadro seguinte as vantagens e desvantagens de cada modelo:

Quadro nº 14 - Vantagens e desvantagens dos principais modelos de CI

<i>Modelos</i>	<i>Benefícios</i>	<i>Inconvenientes</i>
Balanced Scorecard (1992)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Combinação de medidas financeiras e não financeiras. ▪ É utilizado por muitas empresas. ▪ Tornou-se num instrumento de análise da Contabilidade de gestão. ▪ Modelo claro e preciso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Focalização na visão e estratégia da empresa. ▪ Primazia da perspectiva financeira em relação às demais.
Tecnology Broker (1996)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura para o ambiente competitivo ▪ Os activos humanos têm uma classe individual mas estão também diluídos nos processos e rotinas organizacionais. ▪ Pode ter uma aplicação generalizada no universo empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O conhecimento e os activos humanos não são o fulcro deste modelo. ▪ Não utiliza uma análise financeira. ▪ Não recomenda a utilização de demonstrações financeiras tradicionais nem específicas para o reconhecimento e observação pública do elemento humano.
Monitor de activos intangíveis (1997)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Observação interna e externa do ambiente organizacional. ▪ Ligação à estratégia empresarial. ▪ Utilização do balanço patrimonial para o reconhecimento de activos intangíveis (competência do funcionário). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise sem cunho financeiro. ▪ Estudo qualitativo. ▪ Aplicação singular.
Skandia Navigator (1997)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centralização do valor da empresa no elemento humano. ▪ Utilização de indicadores que permitem a abrangência do sector financeiro com o sector social, industrial, económico, humano e da renovação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Um pouco voltado para o interior da empresa (excepto a perspectiva de clientes). ▪ Aplicação singular. ▪ Independente das peças contabilísticas. ▪ Primazia da perspectiva financeira em relação às demais.
Modelo de direcção por competências (1998)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pode ter aplicação universal nas diferentes estruturas organizacionais. ▪ Combinação de medidas financeiras e não financeiras. ▪ Observação interna e externa do ambiente organizacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não recomenda a utilização de demonstrações financeiras tradicionais nem específicas para o reconhecimento e observação pública do elemento humano. ▪ Não há uma focalização no elemento humano.
Modelo Intelecto (1998)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distingue o capital humano dos restantes intangíveis. ▪ O capital humano é centro e a força maior para criação de outros capitais intelectuais. ▪ Focalização no capital humano. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação sobre capital humano fora das DF's tradicionais. ▪ Utilização de medidas quantitativas sem reflexo nas DF's tradicionais. ▪ Essencialmente voltado para o interior da empresa.

Fonte: elaboração própria.

Para além dos esforços de gestão em criar modelos capazes de medir e divulgar informação sobre todos os intangíveis, também a Contabilidade tem feito esforços nesse sentido. Há já alguns anos vêm sendo usadas “ferramentas do Conhecimento” que tendem a mudar o valor da informação sobre capital intelectual a divulgar nas DF’s complementares às tradicionalmente usadas. Por exemplo, o relatório de capital intelectual e o balanço social. Enquanto o primeiro procura controlar de igual forma os recursos físicos e intangíveis, o segundo fundamenta-se no pressuposto dos objectivos organizacionais informarem para além dos aspectos financeiros os aspectos socialmente responsáveis realizados pela entidade. Pólo e Vázquez (2004, 13) apontam as seguintes vantagens e desvantagens do uso informacional sobre capital intelectual em cada uma das DF’s complementares:

Quadro nº 15 – Vantagens e desvantagens do relatório de CI e do Balanço Social

Ferramentas	Vantagens	Desvantagens
Relatório de capital intelectual	Adapta-se à entidade de forma flexível; Modelo dinâmico; Possibilita comparação com outras entidades que utilizem a mesma metodologia; Aplica-se a entidades sem fins lucrativos.	Problemas de chegar à uniformidade de emprego de conceitos; O desenvolvimento de medidas está ainda numa fase de crescimento.
Balanço social	Adequada relação entre empresa e meio circundante; Amplia os objectivos da empresa ao considerar apenas os económicos mas os sociais.	Tem alguma subjectividade, principalmente na valoração das actuações e consequências sociais.

Fonte: adaptado de Pólo e Vázquez (2004, 13).

Independentemente dos diferentes modelos para analisar e calcular o valor do capital intelectual, qualquer valor apurado não supre as carências que a Contabilidade apresenta na mensuração e divulgação do valor do capital intelectual.

A insuficiência contabilística da normalização existente e da estrutura conceptual da contabilidade constitui explicação para o problema de falta de informação nos demonstrativos contabilísticos tradicionais usados sobre capital intelectual. Em causa está a imagem verdadeira e apropriada, a dificuldade dos utilizadores na utilização eficiente da informação contabilística face às suas necessidades, e a indispensabilidade de melhorar as regras, os critérios e a metodologia contabilística sobre os intangíveis.

Se a dificuldade de medida e divulgação da informação sobre capital intelectual põem em causa tantos problemas pretende-se com esta tese verificar qual a posição académica dos investigadores portugueses da área da contabilidade neste domínio.

2.3. Metodologia de investigação

Em Portugal os trabalhos que abordam a avaliação do capital intelectual, têm ao longo dos anos crescido gradualmente. Com o aumento de artigos publicados e comunicações apresentadas em congressos de contabilidade sobre capital intelectual pretende-se averiguar qual a opinião dos investigadores nacionais sobre o processo de medida do capital intelectual e a falta de divulgação de informação do capital intelectual.

Para o efeito procedeu-se à recolha de informações nos congressos de Contabilidade e em alguns periódicos científicos de referência a nível nacional. Por conseguinte a metodologia de investigação não contemplou trabalhos como tese de mestrado e doutoramento ou outras fontes nacionais publicadas no domínio da informação sobre capital intelectual.

A listagem dos congressos e periódicos científicos consultados encontra-se no quadro seguinte:

Quadro nº 16 – congressos de contabilidade e periódicos consultados no âmbito do CI

Descrição	Ano	Total de artigos
Congresso de Contabilidade	2002	6
	2004	7
	2006	3
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão	2001	0
	2002	1
	2003	0
	2004	1
	2005	1
	2006	3
	2007	0
Portuguese Journal of Management Studies	2001	1
	2002	1
	2003	0
	2004	0
	2005	1
	2006	0
	2007	0
Revista de Contabilidade e Comércio	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0

Contabilidade e Gestão	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0
Notas Económicas	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	1
	2005	1
	2006	1
	2007	0

Fonte: elaboração própria.

O período de análise na escala do tempo é de 2001 até 2007, de modo a traduzir as opiniões mais recentes face às tendências actuais quer na normalização contabilística quer da estrutura conceptual da contabilidade em matéria de capital intelectual. Pretende-se aferir nas comunicações e artigos analisados a necessidade expressa para resolver um tema antigo com debates crescentes no presente. Urgem soluções quer na normalização, quer da teoria contabilística que se esperam que apareçam num futuro próximo.

2.4. Resultados

Considerando o quadro anterior podemos em termos temporais comparar a evolução dos escritos sobre capital intelectual. Fazendo o computo anual têm-se:

Quadro nº 17 – Número de comunicações e artigos sobre capital intelectual

Ano	Nº de artigos e comunicações
2001	1
2002	8
2003	0
2004	9
2005	3
2006	7
2007	0

Fonte: elaboração própria.

Com base nos resultados do quadro nº 17 podemos observar uma tendência ligeiramente crescente do número de publicações sobre capital intelectual. O maior contributo para os números apresentados no quadro supra provém dos congressos de contabilidade. Nos artigos dos periódicos consultados a investigação sobre capital intelectual é relativamente pequena.

A linha de investigação mais seguida nos artigos e comunicações foi o levantamento dos modelos de mensuração do capital intelectual pelas entidades ou autores que os idealizaram para cálculo, análise e relato informativo do capital intelectual. Nesta linha de investigação ficou latente a dificuldade de tratamento contabilístico do capital intelectual para além dos modelos de mensuração citados anteriormente no quadro nº 17. Na recensão bibliográfica feita anotam-se as seguintes dificuldades apontadas pelos investigadores nacionais:

- Dificuldades de resposta à informação e valorização do capital humano como elemento do capital intelectual. Moreira e Pereira (2002, 6) referem que este capital deve:
 - Ser identificável e separável,
 - Ser controlado,
 - Dar acesso a benefícios económicos futuros.
- “*Elevado grau de incerteza*” apontado por Moreira e Pereira (2002, 2);
- Elemento não controlado e sem mercado. A sua natureza impede o enquadramento da divulgação contabilística dentro das demonstrações contabilísticas tradicionais Machado e Sousa (2004: 13-17).
- Duarte (2002, 3) não apontando explicitamente as dificuldades dos intangíveis interroga-se sobre a relevância da atenção dispensada ao estado e análise do capital intelectual e põem em dúvida a inclusão do capital intelectual na normalização nacional.

Entre as diferentes abordagens de capital intelectual encontradas nas comunicações e artigos consultados as principais dificuldades inventariadas são: identificação, medida, gestão de valores, interpretação da informação e falta de divulgação de informação sobre capital intelectual.

É raramente apontada na literatura consultada como impedimento à solução do problema da divulgação de informação do capital intelectual. Sobre a alternativa da estrutura conceptual da contabilidade, não se encontra na literatura consultada a indicação desta via de solução ao tratamento do capital intelectual.

Em minha opinião colhe mais apoio entre os investigadores nacionais a normalização contabilística como via de solução ao problema da divulgação da informação relativa a capital intelectual.

Aponto como principal razão o esforço feito com a elaboração da NIC 38, única norma que até ao momento regulamenta os intangíveis em geral. Apesar disso a norma NIC 38 não é capaz de resolver o problema da falta de divulgação de informação sobre capital intelectual. Trata-se de um passo no caminho da normalização contabilística do capital intelectual que ainda tem muito progresso pela frente.

No âmbito da teoria contabilística, a literatura consultada não refere a estrutura conceptual da contabilidade não só como uma via possível de solução à divulgação de informação sobre capital intelectual, como também é uma solução que parece passar despercebida, ou até ser mais complicada de trabalhar para a divulgação de informação de capital intelectual, pois até ao momento nada foi feito no domínio da teoria da contabilidade.

Entretanto os autores das comunicações e dos artigos consultados convergem as suas opiniões num ponto comum: a necessidade de divulgação da informação do capital intelectual.

A divulgação do capital intelectual, como se depreende pelo quadro infra, deve ser feita nas demonstrações contabilísticas. Mas, se por um lado a ideia consumada da necessidade desta informação invoca a sua divulgação, por outro não existe ainda um consenso confiável que permita dizer-se que a sua divulgação poderá ser feita no balanço, na demonstração dos resultados ou em outra peça que componha a apresentação de contas da empresa. Para tal parece relativamente importante analisar os requisitos a que devem obedecer as divulgações complementares, de forma a beneficiar

o conteúdo informativo das demonstrações financeiras e ajudar os destinatários a reconciliar o valor contabilístico com o valor de mercado das empresas.

No quadro seguinte procuramos sumariar as abordagens do capital intelectual recolhidas na literatura consultada. Nos congressos de contabilidade, onde decorreram a maioria das comunicações sobre capital intelectual, estão no quadro seguinte sumariados os autores das comunicações e a sua opinião para a divulgação do capital intelectual. Alguns autores apontam mais do que uma solução ao relato do capital intelectual, quer pelas dúvidas da sua inserção nas demonstrações financeiras tradicionais quer pelo uso de relatórios que complementam a informação contabilística obrigatória. Esses relatórios que complementam a informação contabilística obrigatória não fazem parte do conjunto de informação pública a divulgar sobre capital intelectual.

Quadro nº 18 – Divulgação do capital intelectual

Autores	Balço Conta de Trespasse	Balço Conta específica	DR's	ABDR	Relatório de gestão ¹⁸	Relatório específico de C.I. Relatório especial / Indicadores/Rácios Balço social
Congressos de 2002						
Moreira e Pereira (2002, 6-8)	X					
Oliveira et al. (2002, 8-10)	X	X			X	
Carvalho (2002)	X					
Rodrigues (2002, 10-13)						
Pargotto (2002, 13)						X
Duarte (2002, 21)		X	X	X	X	X
Congressos de 2004						
Pólo e Vasquez (2004, 2-12)						X
Beuren e Colauto (2004, 4)	X	X				
Macagnan (2004, 7)		X	X			
Machado e Sousa (2004, 13)						X
Mancera (2004, 6)		X		X	X	
Duarte (2004, 17)		X	X	X	X	X
Congressos de 2006						
Colauto e Lamounier (2006, 8-10)						X
Greceanu (2006, 10)						X
Gil, Arnosti e Neumann (2006, 6)						X
Total	4	6	3	3	4	8

Fonte: elaboração própria.

¹⁸ Os autores que defendem esta posição baseiam-se no facto de se tratar de um documento contabilístico público mas cujo conteúdo não é normalizado podendo sem qualquer inconveniente incluir o valor do capital humano.

Com base na literatura podemos concluir pela necessidade de se relatar os valores intangíveis no balanço, apesar das limitações ao seu reconhecimento, divulgação e medida. Neste sentido, existem fundamentos importantes de que a exclusão dos intangíveis originados internamente do balanço, conduz à precariedade da utilidade do relato financeiro e, em consequência, à análise periódica do desempenho e valor da empresa.

Para além do balanço as restantes demonstrações financeiras obrigatórias (DR, ABDR) não são de acordo com a opinião dos autores consultados as mais indicadas para a divulgação de informação sobre capital intelectual. Além do balanço os autores privilegiam relatórios específicos para divulgação da informação sobre capital intelectual.

Em termos de reconhecimento são várias as possibilidades, embora a maioria dos autores reconheça que o capital intelectual deve ser divulgado no balanço.

Note-se que apesar dos intangíveis, em geral, serem descritos como elementos patrimoniais activos, não é de excluir a existência de intangíveis com carácter passivo. Os intangíveis passivos por exemplo poderão ser: mau relacionamento com os clientes, os processos de produção sem medidas de segurança para os trabalhadores, produção ou distribuição de produtos que prejudiquem os clientes ou os consumidores finais, má reputação da empresa, localização ineficiente, etc. O conjunto destes intangíveis passivos pode ser determinante para a deterioração do valor da empresa. Os passivos intangíveis, à semelhança dos activos intangíveis, podem ter origem interna ou externa e muitos não são reconhecidos pela Contabilidade nem estão sequer identificados pela empresa.

Os passivos intangíveis têm diferentes probabilidades de ocorrência e nem todos acabam, de facto, por acontecer. Os passivos intangíveis indissociáveis da empresa como um todo podem enquadrar-se no chamado valor intangível geral “badwill” determinado em termos residuais a partir do valor da empresa e, ainda que não sejam

muitas vezes mencionados explicitamente na literatura, podem, por simplificação, na perspectiva contabilística, ser considerados como simétricos dos activos intangíveis incluídos naquela categoria.

2.5. Conclusões

Com o desenvolvimento da sociedade os valores mais representativos para a imagem e para o processo de tomada de decisão de uma empresa foram-se alterando. Actualmente, a sociedade do conhecimento considera os intangíveis em geral, mas o capital intelectual em particular, como elemento mais importante na informação contabilística. As dificuldades de identificação, medida e divulgação da informação fazem parte de um conjunto de dificuldades que põem em causa o relato contabilístico da informação sobre capital intelectual. Apesar de ao longo das últimas décadas surgirem modelos de capital intelectual, a sua aplicação encontra-se relativamente restrita às empresas e autores que lhes deram origem. Assim, a falta de divulgação do valor do capital intelectual continua para a maioria das empresas a ser um problema cuja solução parece não ter fim à vista.

Em minha opinião as possibilidades de solução possíveis são pela via da normalização contabilística ou pela teoria da contabilidade. A literatura consultada, comunicações dos congressos de contabilidade e artigos dos periódicos com maior referência na área da contabilidade a nível nacional, permite-nos concluir que a normalização será a solução mais admissível para a falta de relato do capital intelectual já que nenhum dos autores consultados referiu a estrutura conceptual da contabilidade como hipótese para solucionar o problema da falta de divulgação de informação do capital intelectual nos demonstrativos contabilísticos. Com maior abundância de comunicações sobre capital intelectual face aos artigos dos periódicos, os congressos de contabilidade conseguem no domínio da quantidade de comunicações apresentadas superar os periódicos nacionais. Assim, com base nos congressos de contabilidade verificou-se que a generalidade dos autores afirma a necessidade de informação de capital intelectual, e que essa informação deverá ser divulgada no balanço da empresa. Todavia, esta solução proposta pelos autores nas comunicações dos congressos de contabilidade pode suscitar problemas relativamente ao conceito de capital intelectual, ao mercado para

transaccionar o capital intelectual e à manutenção do valor do capital intelectual ao longo do tempo.

Em suma o capital intelectual é reconhecido como fulcro do sucesso da empresa mas não sendo controlável nem transaccionável não é bem económico. Supondo que o objecto da prestação de contas, e informação ao mercado de capitais, respeita a “bens económicos”, então a não qualificação como “bem económico” pode explicar a dificuldade de reconhecimento e atribuição de valor.

CAPÍTULO V – MATÉRIAS AMBIENTAIS

1. Introdução

As matérias ambientais à semelhança do capital intelectual apresentam um problema de falta de divulgação de informação. Ao contrário do capital intelectual, as matérias ambientais têm uma norma específica para o seu tratamento, a DC 29. O tratamento contabilístico das matérias ambientais que se encontra na DC 29 inclui a medida, a identificação e o reconhecimento nas DF's tradicionais dos elementos ambientais. Apesar da existência da norma e dos preceitos que a mesma inclui o problema da divulgação de informação de matérias ambientais mantêm-se.

A normalização contabilística nacional, internacional e a dos americanos nada contempla para a divulgação da informação sobre matérias ambientais e capital intelectual. A teoria contabilística omissa no domínio da divulgação das matérias ambientais e do capital intelectual arrasta o problema ao longo do tempo.

Hoje em dia cada vez mais o impacto ambiental é maior, quer a nível social quer económico. A sua influência nas contas das empresas produz diferentes impactos quer positivos quer negativos, dentro ou fora das empresas. A necessidade da informação ambiental e do capital intelectual, matérias que no âmbito da divulgação de informação contabilística se relacionam têm com base na história da evolução normativa e da teoria da contabilidade enfrentado dificuldades que limitam as soluções a aplicar. As dúvidas quanto ao preceituado na DC 29 no que se refere a matérias ambientais e o cumprimento legal da divulgação de informação ambiental são aspectos que se pretendem neste capítulo analisar tomando por base as comunicações dos últimos congressos de contabilidade e os artigos publicados nos periódicos nacionais de maior referência na área da contabilidade.

2. Matérias ambientais

2.1. Conceito e evolução histórica

As matérias ambientais estão ligadas aos conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, filantropia, ética social, etc. Quer a responsabilidade social quer o desenvolvimento sustentável, são conceitos que em termos ambientais procuram entre outros aspectos:

- Promover a imagem da empresa;
- Garantir a sua sustentabilidade;
- Respeitar a ética dos negócios;
- Ampliar a filantropia empresarial;
- Etc.

Falar de matérias ambientais implica em certa medida abordar os problemas sociais numa perspectiva histórica já que por um lado o ambiente está a ser devastado e põe outro lado a responsabilidade social efectuada, pelo impacto do homem das empresas mas sem qualquer reflexo nas DF's publicadas.

Depois do período da I Grande Guerra Mundial a expansão competitiva tornou-se uma disputa pela “sustentabilidade social”. A ideia que as empresas deveriam trabalhar para os seus accionistas começou a sofrer ataques, principalmente com os trabalhos publicados por Berle e Means “The Modern Corporation and Private Property”, em 1932. Segundo Frederick (1994) tal deveu-se porque posicionavam os accionistas como passivos proprietários sendo controlados por uma direcção da qual eram dependentes. Em 1945, depois do fim da II Grande Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU, cuja referência se destaca até hoje com a configuração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrando direitos públicos, económicos e sociais (1948). Esta declaração impôs maiores direitos e responsabilidades como consequência das atrocidades cometidas durante a II Grande Guerra Mundial.

Quer na década de 70, quer na década de 80, as preocupações com a ética empresarial começaram a ganhar forma, principalmente após o escândalo da presidência Nixon, o “Watergate”. O interesse pela ética e pela responsabilidade social era já muito visível na sociedade. Porém, em finais da década 80, e durante a década de 90, o conceito e os movimentos de responsabilidade social ganharam corpo sob o aspecto ambiental:

- Em 1977 foi criada a lei do balanço social contemplando os direitos humanos no ambiente de trabalho, na França;

- Em 1983 foi instituído o prémio ECO para valorizar projectos sociais de empresas por uma câmara americana;
- Em 1984 foi publicado o primeiro balanço social por uma empresa de fertilizantes brasileira;
- Em 1986 foi instituída a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), com o objectivo de humanizar as empresas e promover a sua integração com a sociedade assente em princípios éticos;
- Em 1987 foi desenvolvido o conceito de desenvolvimento sustentável, constante do Relatório Brundtland, da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU) com o tema “Nosso Futuro Comum”;
- Em 1989 é fundado o The Natural Step na Suécia;
- Em 1990 foi amplificado o conjunto de ferramentas de gestão empresarial¹⁹;
- Em 1992 foi assinada a Agenda 21, na Reunião de Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento; foi igualmente neste ano que o Clube de Roma publica “para além dos limites”, relatório que descreve os prejuízos causados ao meio ambiente e a incapacidade regenerativa da natureza em igual período;
- Em 1993 foi fundado o Forward Stewardship Council (FSC) para dispor sobre o uso sustentável das florestas;
- Em 1996 foi criada a British Standard 8800 (BS 8800) para certificação da gestão da segurança e da saúde no trabalho;
- Em 1997 foi gerado o Global Reporting Initiative (GRI), comunicando as actividades sustentáveis das empresas; criado o modelo de balanço do IBase e, promulgado o Protocolo de Quioto, sobre Mudanças Climáticas, pelas Nações Unidas, no Japão;
- Em 1998 foi concebida a SA 8000 e criado o Instituto Ethos dedicado à promoção da responsabilidade social;
- Em 1999 foi concretizado o seguinte conjunto de acções:
 - Kofi Annan lança as bases para o Pacto Global;
 - Entra em vigor a OHSAS 18001;

¹⁹ Benchmarking, empowerment, balance scorecard, JIT, reengenharia, ERP, sistemas de custeio ABC e ABM, etc.

- São aprovados os princípios de governação corporativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE);
- Lançamento da AA 1000 para prestação de contas e assegurar a qualidade da Contabilidade, auditoria e relato social ético;
- Nascimento do projecto SIGMA, com o objectivo de reunir diferentes ferramentas num único guia referencial das empresas;
- Em 2000 foi alcançado o seguinte conjunto de acções:
 - Criação dos indicadores Ethos de responsabilidade social;
 - Lançamento das directrizes para relatórios de sustentabilidade;
 - Lançamento oficial do pacto global;
 - OCDE revisou um conjunto de directrizes para as empresas multinacionais no âmbito da responsabilidade social, ambiente, condições de trabalho e direitos do homem.
 - Realização da reunião Cúpula do Milénio de onde saíram as metas do Milénio;
 - Nascimento da série ISO 9000:2000;
 - Publicação dos indicadores Calvert:Herderson que medem a qualidade de vida de um país;
- Em 2001 a Comissão das Comunidades Europeias, apresentou o livro verde sobre responsabilidade social com o título: “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”. Neste mesmo ano é lançado o modelo de balanço social do Instituto Ethos;
- Em 2002 começou a ser divulgada a Carta da Terra, aprovada pelas Nações Unidas como um Código de Ética Planetária, aplicável a pessoas, empresas e Estados. Esta iniciativa teve origem em 2000 após reunião em Nova York de representantes de 187 países com o objectivo de traçar as Metas do Milénio.

Estas acções são as mais relevantes. No entanto, muitas outras se desenvolveram, mas não serão objecto de referência por traduzirem um impacto menor que as acções supra referidas.

2.2. Interesse da informação sobre matérias ambientais

As preocupações dos ambientalistas e dos reguladores, por um lado, e dos preparadores da informação, por outro, têm motivado um crescimento exponencial de factos relacionados com o meio ambiente.

Por se revelar importante desde a década de 80, esforços têm sido empreendidos para permitir a comunicação da informação ambiental financeira e não financeira, como se observa:

Quadro nº 19 – Esforços para tratamento das matérias ambientais

Ano	Descrição	País, estado ou outro
1975	SFSAS nº 5 – contabilizar contingências (entre outras obrigações de natureza meio ambiental).	FASB
1986	Acta Única, documento que começa a traduzir as preocupações ambientais na União Europeia.	União Europeia
1989	Enterprise Act, introduz os requisitos da informação anual ambiental para as empresas que produzem impactos ambientais significativos.	Noruega
1993	5º Programa em matéria de ambiente “em direcção a um desenvolvimento sustentável”. CICA emitiu a norma “custos e passivos ambientais”	União Europeia Canadá
1997	Promulgado o Protocolo de Kyoto, sobre Mudanças Climáticas, no Japão.	Nações Unidas
1999	Comunicação europeia “mercado único e ambiente”.	União Europeia
2001	6º Programa em matéria de ambiente “meio ambiente 2010 – o futuro está em nossa mãos”. Publicação do Livro verde que promove a responsabilidade social empresarial. Recomendação da Comissão 2001/453/CE respeitante ao reconhecimento, valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades.	União Europeia
2002	Proposta de directiva europeia sobre responsabilidade meio ambiental. Aprovação pela CNC da DC 29 – matérias ambientais. Resolução do ICAC para aprovação de normas, reconhecimento, valoração e informação dos aspectos meio ambiental nas contas anuais.	União Europeia Portugal Espanha
2003	Directiva 2003/51/CE altera a 4ª e 7ª directivas no sentido destas não contemplarem apenas aspectos financeiros nas contas anuais mas também itens ambientais. Directiva 2003/87/CE impõem a necessidade de estabelecer o tratamento contabilístico dos direitos de emissão, e com isso influenciou entre outros	União Europeia

	países membros Portugal, a emitir normas no seu espaço geográfico sobre esta matéria. (Cumpra o estabelecido no Protocolo de Kyoto).	
2006	Interpretação técnica nº 4 – direitos de emissão de gases com efeito estufa: contabilização das licenças de emissão.	Portugal

Fonte: elaboração própria.

Terminologia, regras, procedimentos, normas e políticas ambientais têm vindo a ser criadas desde o século passado. Os conceitos de Contabilidade ambiental, produtos verdes, activo e passivo ambiental, custos e proveitos ambientais são hoje objecto de estudo nos compêndios de Contabilidade e de um conjunto de normas e regulamentos em Portugal, na Europa e no mundo. Os infundáveis actos políticos e económicos, que visam a promoção e consciencialização da importância da manutenção do meio ambiente, têm contribuído para despertar as preocupações dos governos e das empresas e das insuficiências da informação contabilística de matérias ambientais. Por consequência dos impactos na informação contabilística, produzida e/ou necessária, face à dificuldade de medida e relevação dos valores ambientais podemos resumidamente apontar os seguintes prejuízos das dificuldades de divulgação da informação contabilística ambiental:

i. Imagem verdadeira e apropriada.

Para determinar a situação económico financeira da empresa é preciso que todos os elementos que contribuem para a formação dos resultados, para o património e para a sustentabilidade da empresa, sejam contabilisticamente relevados. A literatura consultada permite declarar que actualmente as empresas não divulgam suficientemente informação ambiental nos seus relatórios financeiros. Tal facto prejudica a imagem verdadeira e fiel da empresa assim como os destinatários da informação ambiental. Ao quase não existir divulgação da informação ambiental desconhece-se a realidade dos números divulgados pela informação contabilística, porque a análise e medição exacta dos valores ambientais é extremamente difícil de ser executada. Com o desenvolvimento de instrumentos de política ambiental e do mercado dos direitos de emissão de gases com efeito estufa, a responsabilidade da Contabilidade em divulgar a informação ambiental é crescente, na medida em que todas as empresas incluindo as

empresas emissoras de gases com valores admitidos à cotação deverão divulgar informação ambiental (Ansotegui e Estrada, 2006, 5-6). O objectivo é traduzir informação útil para o processo de tomada de decisão, informação que pode melhorar a competitividade negocial e reflectir fielmente a imagem da situação económica e patrimonial da empresa.

ii. Destinatários da informação contabilística.

A informação contabilística de âmbito ambiental destina-se a um conjunto diversificado de utilizadores, que segundo Eugénio (2006, 46) são cada vez mais exigentes. A procura de informação pelos utilizadores varia conforme o grau de desenvolvimento e a política de um país, bem como, de acordo com a relação com a empresa: proprietários ou não. Independentemente do destinatário da informação contabilística, qualquer um deseja que toda a informação que diga respeito à empresa esteja reflectida nas contas que esta apresenta na sua contabilidade. Todos os valores são susceptíveis de influenciar a imagem geral da empresa e conseqüentemente o processo de tomada de decisão. No quadro seguinte sumarizam-se algumas das principais necessidades de informação ambiental que os utilizadores da informação contabilística gostariam de ter. Informação que lhes possa garantir entre outros aspectos a continuidade da empresa e um impacto reduzido no modo de actuação empresarial sobre o meio ambiental prejudicando entre outras coisas a saúde humana.

Quadro nº 20 – Destinatários e necessidades de informação ambiental

Trabalhadores	Instituições que oferecem melhores condições de trabalho, protegendo o ambiente. Saúde e segurança no local de trabalho.
Investidores	Proteger-se de perdas inesperadas com base nas agressões da empresa ao meio ambiente.
Comunidade local	Riscos de saúde. Ruídos e odores. Resíduos expelidos directamente para a natureza.
Clientes e fornecedores	Segurança e garantia nos produtos.
Administração pública	Cumprimento da legislação ambiental. Acidentes e denúncias. Controlo sobre cumprimento dos compromissos ambientais.
Entidades financeiras, investidores e accionistas	Resultados financeiros. Custos ambientais e sua gestão. Vantagens comerciais com a gestão ambiental.

	Custos do não cumprimento legal.
Outros	Informação ambiental de âmbito local. Impacto nos ecossistemas. Impactos ambientais presentes e futuros face à actividade da empresa.

Fonte: adaptado de Kramer (2000, 13).

Lacoba et al (2006, 30) refere: “A *Contabilidade deve dar resposta à procura social de informação ecológica sobre a empresa*”. Independentemente das diferentes necessidades dos utilizadores da informação ambiental, esta deve ser divulgada sob a forma de uma demonstração financeira comum a todos os utilizadores. Estes, é que vão procurar na informação produzida resposta às suas necessidades informativas.

iii. Medição e análise dos valores ambientais.

Quando se procura medir um objecto para o qual não existem pesos nem escala de medida, é pouco provável que possa propor um valor verdadeiro e exacto. As matérias ambientais são exemplo de dificuldades de medida. A sua mensuração é feita por estimativa, o valor a escriturar resulta de um valor razoável face ao valor do objecto ambiental a registar. Em termos quantitativos a dificuldade de medida preside à obrigação da Contabilidade em informar (balanço e DR). Em termos qualitativos o detalhe da estimativa feita pode ser objecto de fundamentação (notas anexas).

A análise da informação contabilística no que respeita aos valores ambientais é dificultada pela falta de informação sobre itens ambientais e da medida desses itens. A normalização contabilística no domínio ambiental pode acabar com estas dificuldades de divulgação e medida.

Desde o POC de 77 até às mais recentes alterações em 2005, que o POC continua limitado para nos modelos de informação registar as matérias ambientais em conta própria, quer em contas individuais, quer em contas consolidadas. Assim, os valores ambientais poderão ser classificados quer no balanço quer na demonstração dos resultados, quer nas notas anexas. A classificação dos valores em contas não acolhe as preocupações “ambientalistas” pois não procura separação dos valores relacionados com o ambiente de valores com outra natureza. Porém, aceitando que a actual

classificação em contas é adequada, então é preciso definir qual a informação complementar a constar, por exemplo, do anexo, para resolver as necessidades de informação que se reconhecem.

Apesar das preocupações e esforços normalizadores refere Nyquist (2000, 178) “*os itens ambientais raramente aparecem no relatório anual de informação financeira*”. Para solucionar a falta de informação nas demonstrações financeiras tradicionais são criados relatórios específicos para relatar a informação de carácter ambiental. Situação semelhante é a que ocorre com o capital intelectual. Assim sendo, trata-se de um problema que continua em aberto devido à falta de classificação dos elementos ambientais nas rubricas dos modelos de informação existentes.

Nas normas internacionais de Contabilidade nunca, até ao momento, foi emitida uma norma específica para regular as matérias ambientais, mas a informação sobre ambiente consta de diferentes normas, entre elas:

- NIC 16 – activos fixos tangíveis, o activo fixo tangível pode ser adquirido por razões de segurança ou ambiente;
- NIC 34 – relato financeiro intercalar – no apêndice C menciona a provisão para custos ambientais;
- NIC 36 – imparidade de activos – perdas de valor que se verifiquem por questões ambientais;
- NIC 38 – activos intangíveis – a empresa pode deter alguns activos relacionados com questões ambientais.

O IASB, no contexto internacional, definiu que fora das demonstrações financeiras poderão ser emitidos relatórios adicionais sobre ambiente para empresas cujos recursos naturais traduzam impacto significativo, quer positiva quer negativamente, na posição financeira e nos resultados económicos presentes e futuros. Em 31 de Dezembro de 2004, o IASB publica a IFRIC 3, relativa à contabilização dos direitos de emissão e, perante fortes críticas em Junho de 2005, retira-a. As críticas incidiam sobre erros de medida e assimetrias face às restantes IFRIC's (Ansotegui e Estrada, 2006, 7-8). Desde

então e até hoje o IASB não publicou mais nenhuma norma com referência para o relato ambiental.

A União Europeia, em 30 de Maio de 2001, publica a recomendação da Comissão Europeia nº 2001/453/CE que vem permitir às empresas europeias o relato das matérias ambientais nas suas contas anuais. Por virtude desta recomendação vários foram os países da União que seguiram os seus preceitos para a normalização nacional. Portugal não foi excepção. Em 5 de Julho de 2002 é aprovada pelo CNC a DC 29 – matérias ambientais. Esta directriz entrou em vigor em 2003, tendo sido homologada em 25 de Junho de 2004 e publicada em DR a 18 de Abril de 2005. Assim, a presente directriz apenas começou a fazer efeito sobre as contas do exercício económico de 2006 e seguintes. Até 2006 a sua aplicação não era obrigatória. A partir de 2006 a sua obrigatoriedade legal impõem às empresas nacionais a divulgação das matérias ambientais.

O nascimento e entrada em vigor da DC 29 segundo Eugénio (2006, 7), significou um importante passo em termos de normalização, no respeitante ao reconhecimento, valorimetria e informação ambiental a divulgar nas contas e no relatório de gestão das sociedades. Esta directriz não contempla relatórios com fins específicos, por exemplo os relatórios ambientais, excepto quando se considere adequado articular as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão com o relatório ambiental separado com o objectivo de assegurar a coerência das informações neles contidos. O âmbito de aplicação da DC 29 estende-se das contas individuais às contas consolidadas. Em suma, é aplicável a todas as entidades abrangidas pelo POC.

De acordo com as disposições da DC 29 os valores ambientais poderão ser reconhecidos quer no balanço quer na DR. A informação à margem destas demonstrações financeiras deve ser referida no ABDR, nomeadamente a quantia de dispêndios ambientais capitalizados durante o período de referência, identificando-os por domínio ambiental (nota 48 do ABDR em contas simples e nota 50 para as contas consolidadas) segundo consta do §55 da DC 29.

O balanço, de acordo com a DC 29, deve incluir as provisões de carácter ambiental, no passivo, e os valores ambientais capitalizáveis, no activo. A DR segundo a DC 29 inclui o cômputo dos custos e dos proveitos de carácter ambiental.

Mesmo depois da entrada em vigor da DC 29, o POC não foi revisto, com vista a actualizar a sua classificação de contas. O modo de relato contabilístico da informação ambiental continuou em termos quantitativos incluído com a restante informação financeira, quer no balanço quer na DR. Procurando sumariar as alterações face ao antes e depois do nascimento e entrada em vigor da DC 29, podemos concluir:

Quadro nº 21 – Período Pré e pós nascimento da DC 29

Período pré aparecimento da DC 29	Período pós aparecimento da DC 29
<p>Existia falta de divulgação da informação ambiental.</p> <p>Havia o problema de reconhecimento e mensuração nas DF's tradicionais.</p> <p>Existiam sugestões e alternativas ao uso das DF's tradicionais que permitiram em casos muito singulares o relato informativo das matérias ambientais em mapas e relatórios específicos.</p>	<p>Aparece por influência da recomendação europeia de 2001.</p> <p>Continua a manter-se a necessidade de relato das matérias ambientais e aumentam as pressões ao seu relato, principalmente pelo debate académico que evidencia a necessidade de informação ambiental para tornar a imagem da empresa verdadeira e apropriada e dar maior utilidade ao processo de tomada de decisão.</p> <p>Continua a existir o problema do reconhecimento da medida e do uso alternativo de mapas ou relatórios para relato da informação ambiental fora das DF's tradicionais.</p>

Fonte: elaboração própria.

Na normalização nacional que futuramente entrará em vigor, o SNC, nos parágrafos §18.1 a §18.2, inclui algumas disposições quanto à informação a prestar nas demonstrações financeiras das entidades no que refere a matérias ambientais, muito inspirado nos preceitos da DC 29. Refere o SNC, relato informacional para pequenas empresas, no ABDR nota 17:

“17.1 – Descrição dos critérios de mensuração adoptados, bem como dos métodos utilizados no calculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

17.2 – Incentivos públicos relacionados com a protecção ambiental, recebidos ou atribuídos (especificação das condições associadas à concessão de cada incentivo ou

uma síntese das condições, caso sejam semelhantes) (deve também divulgar-se o tratamento contabilístico adoptado).

17.3 - Informações pormenorizadas sobre as provisões de carácter ambiental.

17.4 - Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

17.5 - Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referência (caso possa ser estimado com fiabilidade).

17.6 - Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas.

17.7 - Dispêndios significativos incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros.

17.8 - Emissão de gases com efeito estufa:

- a. Licenças de emissão atribuídas para o exercício, para o período 2005-2007 e para os quinquênios subsequentes;*
- b. Emissões de gases com efeito de estufa, em toneladas de dióxido de carbono equivalente;*
- c. Licenças de emissão alienadas no exercício, em toneladas de dióxido de carbono e o respectivo preço;*
- d. Licenças de emissão adquiridas no exercício, em toneladas de dióxido de carbono e o respectivo preço;*
- e. Multas, coimas e sanções acessórias relacionadas com a emissão de gases com o efeito de estufa;*
- f. Justo valor das licenças detidas”.*

Apesar do novo SNC apontar na mesma direcção que a DC 29 para reconhecimento das matérias ambientais (balanço), o POC permite o seu reconhecimento em diferentes soluções (balanço e demonstração de resultados).

Na prática existem algumas empresas que fazem o relato ambiental em peças específicas, separadas dos modelos de informação financeira. Esta hipótese não está de acordo com a totalidade dos autores consultados. Para os que adoptam as DF's separadas do relato das matérias ambientais refere Nyquist (2000, 184) que neste caso “

a informação pode não estar em conformidade com a existente teoria contabilística” acrescenta que “é difícil estimar itens ambientais que não têm mercado de transacções” (Ibid.).

Conclui-se que o SNC não alterou a situação contabilística para tratamento das matérias ambientais, dado que a classificação de contas que consta nesse novo modelo contabilístico continua a não singularizar os valores ambientais em conta própria.

Apesar de Portugal ter uma norma em vigor sobre matérias ambientais (DC 29), o assunto é muito debatido em congressos e revistas científicas, evidenciando falta de entendimento e dificuldades de relato ambiental, principalmente pelo problema de falta de medida, pondo em causa a imagem verdadeira e fiel, e a utilidade que os destinatários da informação contabilística poderão obter com o acesso à mesma. Estas insuficiências da contabilidade provocadas pela falta de informação das matérias ambientais são destacadas na literatura consultada nesta tese. O ponto seguinte detalha esta situação.

2.3. Metodologia de investigação

A fonte de informação privilegiada para o estudo das matérias ambientais é constituída por um conjunto de artigos retirados dos últimos congressos de Contabilidade realizados em Portugal após 2000, e de um conjunto de artigos publicados em revistas científicas seleccionadas para o efeito. Excluídos deste estudo estão os artigos de revistas técnicas e trabalhos académicos (teses de mestrado e doutoramento).

A listagem de elementos consultados encontra-se no quadro seguinte:

Quadro nº 22 – Total de comunicações e artigos sobre matérias ambientais

Descrição	Ano	Total de artigos
Congresso de Contabilidade	2002	3
	2004	9
	2006	11
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0
Portuguese Journal of Management Studies	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0

	2005	1
	2006	0
	2007	0
Revista de Contabilidade e Comércio	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0
Contabilidade e Gestão	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0
Notas Económicas	2001	0
	2002	0
	2003	0
	2004	0
	2005	0
	2006	0
	2007	0

Fonte: elaboração própria.

A análise efectuada estende-se do ano 2001 até 2007. Entendo tratar-se de um âmbito temporal suficiente pois abarca o antes, o durante e o após entrada em vigor da DC 29 com efeitos obrigatórios para as empresas que em Portugal acolhem o POC. É de assinalar que em determinadas circunstâncias se verificou que os autores não tomavam posição relativamente à forma de relato contabilístico das matérias ambientais, principalmente após a obrigatoriedade de relato contabilístico ambiental (pós 2005). Perante isto, partimos do pressuposto de que os autores corroboravam com as indicações preconizadas na normalização nacional (DC 29).

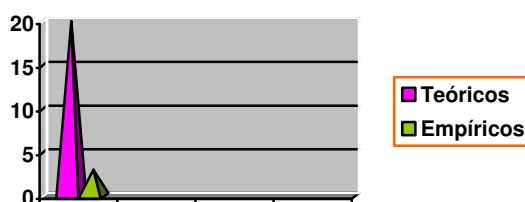
2.4. Resultados

Com base na análise temporal dos artigos consultados podemos observar uma tendência ligeiramente crescente do número de publicações no âmbito da Contabilidade ambiental, e se dividirmos a análise em três períodos observamos que o número médio de artigos publicados anualmente foi: 2001-2003, 3, 2003-2005, 9, e 2005-2007, 11, conferir pelo quadro nº 22. Ao compararmos esta evolução com a seguida pelas publicações observa-se um comportamento similar porque nos congressos de contabilidade é que existiram maior número de comunicações. Os artigos publicados

nas revistas consultadas nesta amostra foram em muito menor número, quase todas elas entre 2001 e 2007 não publicaram um único artigo no domínio das matérias ambientais.

No que se refere ao tipo de trabalhos apresentados nos congressos de contabilidade e publicados nos periódicos consultados observamos uma clara maioria de trabalhos com referência teórica, isto é, pesquisa bibliográfica do tema, nos quais com raras exceções se encontram aplicação empírica.

Tipos de Investigação



No que se refere ao âmbito temporal, os estudos analisados apresentavam natureza transversal, isto é, permitem acompanhar os três períodos mais importantes para o estudo das matérias ambientais: antes, durante e após a entrada em vigor da única norma portuguesa sobre tratamento das matérias ambientais (DC 29).

No âmbito geográfico, observa-se no quadro seguinte uma tendência crescente na investigação estrangeira sobre matérias ambientais e um pequeno crescimento na literatura nacional comparativamente com a estrangeira, pois isoladamente tem vindo a crescer também.

Quadro 23 – Publicações nos congressos de Contabilidade

Ano	Tipo de publicação	Nº	Percentagem
2002	Nacionais	2	67
	Estrangeiras	1	33
2004	Nacionais	5	56
	Estrangeiras	4	44
2006	Nacionais	4	36
	Estrangeiras	7	64

Fonte: elaboração própria.

No que se refere à análise seguida em cada estudo dos artigos consultados, destacam-se dados de empresas em quase 60% dos casos, enquanto os aspectos macroeconómicos e generalistas da normalização nacional e internacional ocupam os restantes 40%.

Quase 100% dos estudos utilizaram a técnica estatística descritiva, o que mostra que a investigação sobre Contabilidade ambiental apresenta relativamente baixa sofisticação estatística. A grande maioria dos trabalhos centra-se no estudo da gestão ambiental, cotejando os aspectos sociais e económicos que produzem impactos na vida em sociedade. O foco contabilístico do estudo das matérias ambientais e do seu tratamento contabilístico é indiscutível dado que em todos os artigos há menção da necessidade de divulgação da informação ambiental.

A exploração do tema das matérias ambientais nos congressos de Contabilidade e nos periódicos consultados permitiu identificar as seguintes preocupações:

- Medida e instrumento de medida a utilizar;
- Demonstração financeira mais adequada ao relato contabilístico;
- Rubricas a utilizar para incluir as matérias ambientais separadas da restante informação financeira.

Estas preocupações são latentes na generalidade dos autores consultados. Procurando sistematizar as ideias dos autores sobre as preocupações citadas, enumerem-se as seguintes:

Carvalho e Monteiro (2002, 18)²⁰ ocupando-se do estudo do relatório ambiental referem sob observação que as empresas utilizam documentos internos, tais como:

- Orçamento ambiental
- Relatório de avaliação de projectos na área do ambiente
- Relatório sobre custos ambientais
- Relatório de avaliação dos impactos ambientais
- Relatório sobre a legislação ambiental aplicável

²⁰ Os autores estudaram as empresas portuguesas para aferirem o cumprimento ou não da contabilidade ambiental, onde concluíram que a maior parte das empresas não apresenta esta informação separada do plano de contas. Deste estudo e de outro já citado (Eugénio: 2004, 8) aludimos que a informação ambiental se encontra, possivelmente, diluída com a restante informação financeira, (Carvalho & Monteiro (2002, 28) acrescenta como muito pouco detalhada.

Os autores entendem que as DF's tradicionais são insuficientes para o relato ambiental em rubrica separada de outros valores divulgados na informação contabilística.

Pargotto (2002, 12-13), em comunhão com os autores supra citados propõem o reconhecimento das matérias ambientais num:

- a) Estudo de impacto ambiental²¹
- b) Relatório de impacto ao meio ambiente²²

Eugénio (2004, 6-12) na sequência de um estudo empírico²³, infere que a maioria das empresas não divulga informação ambiental. As que o fazem têm diferentes soluções:

- Relatório e contas;
- Relatório autónomo sobre informação ambiental;
- Mapas exclusivos para o efeito.

Anota que a divulgação desta informação pode corresponder à utilização de um relatório interno ou à elaboração específica de um relatório externo. No relato externo o estudo aponta para o relatório ambiental, balanço, demonstração dos resultados, ABDR e relatório de gestão. No relato interno esta informação é feita em relatórios de avaliação dos impactos ambientais, e em relatórios de avaliação de projectos de investimento na área ambiental e finalmente em relatórios sobre custos ambientais.

Num outro escrito anterior, Eugénio (2003, 29) tinha destacado o carácter não obrigatório da divulgação de informação e sugerido que fosse feita no balanço ou demonstração de resultados, acolhendo a recomendação da Comissão de 30 de Maio de 2001²⁴.

²¹ É elaborado no momento da constituição da empresa.

²² É elaborado periodicamente.

²³ O objectivo do estudo foi permitir determinar (Eugénio: 2004, 3):

1. Que empresas divulgam a informação ambiental?
2. Como fazem essa divulgação?
3. Onde fazem essa divulgação?
4. Que tipo de informação financeira é divulgada?
5. Na informação financeira divulgada nota-se influência dos principais documentos publicados nessa área em matéria contabilística?
6.

²⁴ A recomendação nº 2001/453/CE, pretende contribuir para a transparência na prestação de informações adequadas, principalmente as que afectam a compreensão das DF's por parte do utilizador, nomeadamente: Orienta a apresentação de informações, identificando os elementos relevantes a publicar, que permitem a comparabilidade e coerência das informações ambientais apresentadas; Realça o anexo às contas, como forma de evidenciar as despesas ambientais quer sejam lançadas na conta de resultados quer capitalizadas, bem como das despesas incorridas em resultado de multas e outras penalidades por não cumprimento da regulamentação ambiental e indemnização paga a terceiros.

Este autor, Eugénio (2004), em relação aos já citados não concorda com o facto das DF's tradicionais serem insuficientes para a divulgação das matérias ambientais. Refere que as empresas optam por outras formas de relato ambiental.

Santos (2004, 3) é de opinião que a informação sobre ambiente deve estar no relatório de gestão e no ABDR, em consonância com Eugénio (2004) afirma as insuficiências das DF's tradicionais para divulgação das matérias ambientais.

Para visão de conjunto das opiniões recenseadas expressas pelos autores sobre a divulgação da informação ambiental, elaboramos o quadro seguinte.

Anote-se que para os congressos de contabilidade de 2006 os autores consultados não expressaram a sua opinião relativamente à demonstração financeira, mapa ou relatório específico para divulgação das matérias ambientais. Nesse ano entrou em vigor a DC 29, talvez seja explicação para a não tomada de posição pelos autores. Como os autores não expressaram opinião pela demonstração a utilizar para divulgação das matérias ambientais não foi colocado ano e página em cada um deles à semelhança dos autores consultados e referidos no quadro nº 24 para os congressos de 2002 e 2004.

Quadro nº 24 – Divulgação das matérias ambientais

Autores	Demonstrações Financeiras				Relatório específico de C.I. Relatório especial Balço social	Carta do presidente	Sem indicação de DF tradicional ou relatório específico
	Balço	DR's	ABDR	Relatório de gestão ²⁵			
Congresso de 2002							
Pereira et al. (2002, 16)	X						
Carvalho e Monteiro (2002, 23-24)				X			
Pargotto (2002, 12-13)	X				X		
Congresso de 2004					X		
Becke (2004, 18)							
Monteiro (2004, 12)	X			X	X		

²⁵ Os autores que defendem esta posição baseiam-se no facto de se tratar de um documento contabilístico público mas cujo conteúdo não é normalizado podendo sem qualquer inconveniente incluir o valor do capital humano.

Mancera (2004, 12)	X		X	X	X	X	
Eugénio (2004, 6)	X	X		X		X	
Gilet (2004, 4-10)	X	X			X		
Mayor e Aléman (2004,1-8)	X	X					
Santos (2004, 3-4)			X	X			
Pimentel et al. (2004, 7)	X	X	X	X			
Duarte e Sarmento (2004, 14)	X			X			
Congressos de 2006							
Ribeiro, Giuliani e Corrêa							X
Bansal e Sharma							X
Mayor							X
Borba, Rover e Murcia							X
Jalón, Monedero e Martín							X
Lima, Castro e Echternacht							X
Morais e Benito							X
Eugénio							X
Monteiro							X
Ansótegui e Estrada							X
Total	9	4	3	7	5	2	10

Fonte: Elaboração própria.

A informação contabilística sobre matérias ambientais, para muitos, só implica recurso às demonstrações financeiras de finalidade geral e referências no relatório de gestão; para outros, implica elaboração de relatórios e demonstrações específicas. Em causa está a eleição do modelo de relevação, acrescido da dificuldade de reconhecimento e mensuração (Duarte e Sarmento, 2004).

Percebe-se pela análise do quadro supra que depois da entrada em vigor em Portugal da DC 29, e da obrigatoriedade de relato contabilístico das matérias ambientais para todas as empresas que utilizem o POC, a informação deverá constar no balanço e na DR. Essa informação deverá ser complementada com fundamentação nas notas do ABDR e no relatório de gestão. O problema contabilístico das matérias ambientais que não é resolvido na normalização e por isso continua a gerar debate pela falta ou insuficiência do apuramento da medida, classificação de contas e da imagem verdadeira e apropriada para evidenciar informação financeira e ambiental.

Face ao trabalho dos autores, dos congressos de contabilidade e dos artigos dos periódicos consultados quando o interesse está dirigido para “matérias ambientais”, a informação comunicada através das “demonstrações financeiras” de finalidades gerais

não responde às expectativas dos interessados. Esta aparente concordância coloca em destaque a conveniência de analisar o conteúdo e propósitos das Demonstrações Financeiras de finalidades gerais. Assim, surgem novas formas de relato contabilístico de itens ambientais. Um exemplo, que é aplicado por algumas empresas que divulgam informação ambiental de carácter não financeiro é a elaboração de informação baseada nos pressupostos e indicadores do Global Reporting Initiative - GRI. O objectivo do GRI não é modificar a forma de relato informativo mas incrementar a utilidade da informação divulgada, permitindo que esta seja comparável, fiável e relevante. Inclui 103 indicadores diferentes, os quais são agrupados nos termos das três dimensões que convencionalmente definem o desenvolvimento sustentável: a económica, a ambiental e a social.

Para além do GRI conforme foi referido atrás no âmbito do capital intelectual, o EPR tem sido uma alternativa que é usada pelos países que lhe deram origem, EUA, Japão e Austrália. Espera-se que este relatório seja uma alternativa plausível para o relato ambiental e do capital intelectual enquanto as demonstrações financeiras não forem alteradas de modo a poderem incluir em rubrica separada o valor das matérias ambientais e do capital intelectual.

2.5. Conclusões

Sobre relato contabilístico das matérias ambientais, analisaram-se os escritos dos autores que participaram nos congressos de Contabilidade de 2002 a 2006 e os artigos publicados nas revistas científicas seleccionadas de 2001 a 2007. Tal como assinalado na introdução, o objectivo foi verificar qual o problema para a falta de divulgação da informação sobre as matérias ambientais. Assim, pretendeu-se constituir uma descrição detalhada das investigações realizadas em Portugal sobre Contabilidade ambiental no período em análise.

Para verificar o que dizem, pensam e sugerem os autores consultados relativamente ao tratamento das matérias ambientais de acordo com os resultados obtidos atrás podemos traçar as seguintes conclusões:

1. Há uma tendência crescente do número de comunicações em matéria de Contabilidade ambiental no período em análise. Esta observação confirma mais uma vez o interesse que despertam as matérias ambientais entre as empresas e o âmbito académico e profissional.
2. A técnica estatística descritiva poderá ser demasiadamente simples para a análise dos problemas ambientais. Penso que deveriam ser utilizados outros métodos de análise mais elaborados para aprofundar os resultados e impactos ambientais.
3. A totalidade das publicações consultadas provém do mundo académico. Poder-se-á entender este facto com falta de preocupação pelos normalizadores pelo assunto ou simplesmente que para eles se trata de um assunto arrumado. Indica também que a academia não está satisfeita com os resultados ambientais expressos pelas empresas nas suas contas anuais, por questões de imagem verdadeira e fiel ou simplesmente utilidade da informação existente não se adequar às necessidades dos utilizadores.
4. Finalmente, apesar de Portugal ter norma expressa para regular o assunto do relato contabilístico relativo às matérias ambientais, o problema de divulgação, medida e classificação de contas continua a existir. A normalização portuguesa implica a utilização de contas abarcadas pelo código de contas, em que só as subcontas podem corresponder a referências ambientais. Assim, o reconhecimento e a divulgação sobre a informação das matérias ambientais acabam tratados como problemas “menores”. A informação ambiental encontra-se dispersa com a informação financeira em diferentes peças de informação: relatório de gestão anual; relatório de gestão consolidado; notas anexas às contas da empresa; notas anexas às contas anuais e consolidadas. A publicação de documentos internos, ou de um relatório específico, solução adoptada por muitas empresas, não estão previstos na DC nº 29 (com as devidas excepções).

Concluo que o tema da divulgação da informação sobre matérias ambientais, escrito e analisado em diferentes ópticas por diferentes autores na literatura nacional, apresenta

muitas interações com diferentes campos de investigação e extensas ramificações de problemas.

O entendimento do relato contabilístico relativo às matérias ambientais deve ser concomitante com a norma DC 29, que regulamenta o tratamento contabilístico das matérias ambientais. Qualquer indicação ou sugestão de relato que contrarie o que se encontra regulamentado na DC 29 põem em causa a suficiência do regulamento citado e pode prejudicar a elaboração, interpretação e utilização da informação do domínio das matérias ambientais.

Não obstante de existir regulamentação expressa para as matérias ambientais, o problema de divulgação da informação ambiental continua em aberto, em especial pelos problemas de medida e classificação que são apontados pelos autores das comunicações apresentadas nos últimos congressos de contabilidade.

**CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES,
LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

1. Conclusão

A divulgação de informação de capital intelectual e matérias ambientais tem sido alvo de debate no âmbito académico, tendo como principal razão o impacto que produz sobre a imagem verdadeira e apropriada e a utilidade da informação publicada para os utilizadores/destinatários da informação contabilística.

A normalização contabilística nacional primeiramente influenciada pela normalização francesa e ao longo do tempo pela União Europeia e pelo IASB não resolve o problema da falta de divulgação de informação de capital intelectual e matérias ambientais. A falta de soluções na normalização contabilística remete para o domínio da teoria contabilística a capacidade de resolver a divulgação de informação relativa a capital intelectual e matérias ambientais. Para o efeito a estrutura conceptual da contabilidade deve mencionar o objecto da informação contabilística, permitindo saber o que é a informação contabilística e sobre o que esta incide. Deve incluir referência do objecto da informação contabilística, estabelecendo o perímetro de acção da informação contabilística. Deve evidenciar para além dos destinatários da informação contabilística qual é o objectivo da informação contabilística produzida, e finalmente, deve descrever os modelos de divulgação da informação contabilística. A estrutura conceptual da contabilidade ao ser constituída por estes quatro elementos (objecto, referência, objectivos e destinatários, modelos) vai permitir clarificar e solucionar a falta de divulgação da informação contabilística sobre capital intelectual e matérias ambientais, porque descreve as regras e os procedimentos a serem adoptados na preparação da informação contabilística.

Quer a estrutura conceptual da contabilidade em Portugal, como a dos franceses, a do IASB e a do FASB para além, de não contemplarem estes quatro elementos parecem não estar preocupadas com estes elementos mas com o facto de atingirem o processo de harmonização contabilístico à escala mundial. Assim, o IASB e o FASB estão desde há algum tempo a trabalhar em conjunto para a criação de uma estrutura conceptual comum que sirva de base à preparação e leitura da informação contabilística produzida. À margem desta preocupação a divulgação de informação sobre capital intelectual e

matérias ambientais continua como problema em aberto para o qual a literatura consultada nesta tese parece não encontrar soluções.

A leitura das comunicações dos congressos de contabilidade e dos artigos publicados nos periódicos consultados nesta tese permitiu que se concluísse o seguinte:

- No âmbito do capital intelectual os problemas de identificação, medida e reconhecimento são entraves à divulgação desta informação contabilística. Diferentes modelos de relato contabilístico do capital intelectual são descritos na literatura como utilizáveis nas empresas e pelos autores que os criaram, porque a sua aplicação em outras empresas raramente é verificável. Dado que a normalização contabilística e a teoria da contabilidade nada referem quanto à divulgação da informação de capital intelectual, as sugestões e opiniões dos investigadores nacionais são várias. Enquanto uns defendem o uso das DF's tradicional, outros preferem relatórios específicos para o relato do capital intelectual. Nas DF's tradicionais o balanço é o modelo privilegiado para a divulgação da informação sobre capital intelectual. Nos relatórios específicos o balanço social tem sido relativamente utilizado para relato do capital intelectual em Portugal. No estrangeiro alternativamente ao uso das DF's tradicionais para relato do capital intelectual o EPR tem sido utilizado nos EUA, Japão e Austrália não só para relato do capital intelectual como também das matérias ambientais.
- No domínio das matérias ambientais o problema da divulgação de informação mantêm-se tal como no caso do capital intelectual. Não obstante as matérias ambientais têm uma norma que estabelece parâmetros para o seu tratamento: medida, identificação e relato contabilístico. Apesar da norma DC 29 contemplar o tratamento da informação ambiental, esta informação continua a ser muito pouco divulgada pelas empresas nacionais. Conclui-se que a normalização contabilística não resolve o problema da divulgação das matérias ambientais e que a teoria da contabilidade também não é suficiente para a resolução deste problema. Os investigadores nacionais entendem que a existência da norma contabilística para o tratamento da informação ambiental deve ser respeitada, mas dúvidas permanecem quando na prática se verifica que

as empresas não utilizam as DF's tradicionais recomendadas pela DC 29, mas o uso alternativo de relatórios específicos para a divulgação da informação ambiental. A nível nacional o uso de relatórios específicos é baseado nos indicadores do GRI. No estrangeiro o relatório específico utilizado é o EPR, conforme referido atrás no âmbito do capital intelectual.

2. Limitações do estudo

Este trabalho apresenta uma abordagem descritiva da divulgação de informação do capital intelectual e matérias ambientais. Foi consultada em maior número literatura de língua portuguesa e brasileira. As fontes privilegiadas de informação foram as comunicações dos congressos de contabilidade e os artigos publicados nos periódicos nacionais com maior referência na área da contabilidade. Neste sentido pode-se entender esta pesquisa com uma limitação de natureza qualitativa, dado que foi uma opção face ao tempo de realização desta tese.

3. Recomendações para futuras investigações

Este trabalho relata uma realidade bastante complexa seja pela dimensão do espaço, seja pela riqueza do tema. Assim, pela amplitude do assunto delimitou-se o objecto de estudo, tendo este trabalho uma abordagem unicamente contabilístico-financeira, com desenvolvimento no capital intelectual e das matérias ambientais.

Em outro estudo poder-se-á verificar empiricamente, nomeadamente através de um estudo de caso a veracidade das afirmações dos autores quanto à divulgação da informação contabilística de capital intelectual e matérias ambientais em Portugal e nos países mais representativos ao caso português.

Estender o estudo da falta de divulgação de informação contabilística a outros valores contabilísticos que afectam a imagem verdadeira e apropriada da empresa e a utilidade da informação no processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia Básica

Ansotegui, Ana. e Iñaki Estrada, (2006) “Planificación Contable y Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Antunes, Maria (2000) Contribuição ao entendimento e mensuração do capital intelectual. Dissertação (Mestrado) – FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASB (Accounting Standards Board) (1999) *Statement of Principles for Financial Reporting*, London: ASB.

Bansal, Shri e Lata Sharma (2006) “New challenges of accounting and auditing in e-environment in India”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Becke, Vera (2004) “Contabilidade social: do balanço social ao informe de sustentabilidade”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Belkaoui, Ahmed (1997) *Accounting Theory*. The Dryden Press: Harcourt Brace e Company, Publishers, 3ª edição.

Beuren, Ilse e Romualdo Colanto (2004) “Abordagem do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Borba, José; Suliano Rover e Fernando Murcia (2006) “Disclosure of Environmental Information by Brazilian Companies: A Comparison between Financial Statements Published in the New York Securities Exchange (NYSE) and in the Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Brás, Filomena (2007) “Necessidade e dificuldades em valorizar o capital humano”. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. IV, nº 7, pp. 291-319

Bullen, Halsey e Kimberley Crook (2005) A new conceptual framework Project. Revisiting the concepts, FASB – IASB.

- Carqueja**, Hernâni (2007) “Teoria da Contabilidade – uma interpretação”. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. IV, nº 7, pp. 007-040
- Carvalho**, João e Sónia, Monteiro (2002) “O relato ambiental nas empresas portuguesas abrangidas pela ISO 14001”. X Encuentro de Profesores Universitários de Contabilidad – Compostela, 2002, El Camino de la Contabilidad, Santiago de Compostela, 30 de Maio a 1 de Junho
- Carvalho**, Alexandra (2002) “Activos intangíveis: sua importância e dificuldades associadas ao seu reconhecimento”. Jornadas luso-espanholas de gestão científica, Covilhã, UBI
- Cavalcanti**, Marcos, Elizabeth Gomes e André Pereira (2001) *Gestão de empresas na sociedade do conhecimento: um roteiro para a acção*. Rio de Janeiro: Campus.
- Colauto**, Romualdo e Wagner Lamounier (2006) “Avaliação do capital intelectual desenvolvido: um estudo em universidade privada”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)
- Committee on Accounting Procedure** (1944) Accounting Research Bulletin Nº. 24, Committee on Accounting Procedure.
- Costa**, Carlos e Gabriel Alves (2005) *Contabilidade financeira*. 5ª Edição, Publisher Team, Lisboa
- Crawford**, Richard (1994) *Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças económicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento*. São Paulo, Atlas.
- Duarte**, Manuela e Manuela Sarmiento (2004) “Responsabilidade ambiental das empresas – estudo de mercado”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)
- Eugénio**, Teresa (2006) “Divulgação social e ambiental – evolução e teoria da legitimidade”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)
- Eugénio**, Teresa (2006), “Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais – Que implicações na divulgação e apresentação de informação no relatório e contas?”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 74, Maio, pp. 45-50

- Eugénio**, Teresa (2003) “Informação ambiental no balanço e demonstração de resultados”. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 44, ano IV, Novembro, pp.29-32
- Eugénio**, Teresa (2004) “Relato ambiental: situação em Portugal”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)
- Ferreira**, Rogério (1984) *Normalização Contabilística*. Livraria Arnado, Coimbra
- Frederick**, William (1994) “From CSR1 to CSR2”. *Business and Society*. Vol. 33, °. 2, Agosto, pp. 150-164
- Gabás Trigo**, Francisco (1991) “El Marco Conceptual de la Contabilidad Financiera”, *Monografías AECA n. ° 17*. Ed. AECA, Madrid.
- Gil**, António; José Arnosti e Regina Neumann (2006) “Balanço Intelectual – BIN: instrumento auxiliar/fundamental no processo de gestão”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)
- Gilet**, Antoni (2004) “El tratamiento de los gastos e inversiones de natureza medioambiental”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril).
- Greceneanu**, Dana (2006) “The corporate social responsibility and the valorisation of intangible assets”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)
- Guimarães**, Joaquim (2007) “A estrutura conceptual da Contabilidade – do POC ao SNC”. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 91, Outubro, pp. 42-55.
- Guthrie**, James e Christina Boedker (2006) "Perspectives on 'new' models of business reporting: a reflective note". *Accounting Auditing e Accountability Journal*, Vol.19, Nº. 6
- Hendriksen**, Eldon e Michael Breda (1999) *Teoria da Contabilidade*. Tradução de António Zoratto Sanvicente. São Paulo, Atlas. Tradução de Accounting Theory.
- IASB** (International Accounting Standards Board) (1989) Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements, Londres: IASB.

Jalón, Maria; Beatriz Monedero e Maria Martín (2006) “Situación de la responsabilidad social corporativa en España”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Kraemer, Maria (2000) Contabilidade ambiental como sistema de informação. www.contadorperito.com. Consultado em Abril de 2005

Lacoba, Sérgio; António Mera e Francisco González (2006) “Uma análise da investigação de Contabilidade ambiental em Espanha”. *Cadernos de Gestão*, Vol. 6, nº 2, pp. 29-43

Lima, Francineide; Rita Castro e Tiago Echternacht (2006) “Responsabilidade social empresarial no brasil: da filantropia à estratégia corporativa”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Macagnan, Clea (2004) “Activos Inmateriales y su normalización contable”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Machado, Eleutério e João Sousa (2004) “Relato público na sociedade do conhecimento – contraponto com o relato empresarial”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Mancera, Maria (2004) “El informe anual y la responsabilidad social corporativa”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril).

Mayor, Jose (2006) “Una propuesta de resultado contable medioambiental”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Mayor, Jose e Jerónimo Alemán (2004) “El criterio del valor neto y la contabilidad medioambiental”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril).

Monteiro, Sónia (2006) “Factores determinantes da divulgação de informação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal”. Comunicação apresentada no XI

Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Monteiro, Sónia (2004) “O relato financeiro e a responsabilidade ambiental”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Morais, Georgina e Javier Benito (2006) “Auditoria interna medioambiental basada en la gestión del riesgo corporativo: un caso de estudio”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Moreira, António e António Pereira (2002) “A Contabilidade e a intangibilidade da informação: desafios presentes e futuros para a “ciência dos números””. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 de Novembro

Nyquist, Siv (2000) “Accounting Theory and financial environmental reports”. *Eco-Management and Auditing*, nº 7, pp. 178-185

Oliveira, António; José Arnosti e Regina Neumann (2002) “A importância estratégica da mensuração do capital intelectual: conhecimento = factor de produção”. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 de Novembro

Pargotto, Luzimar (2002) “Evolução da demonstração do balanço social, passivo ambiental e capital intelectual”. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 de Novembro

Pereira, Anísio; Norberto Giuntini e Wilson Boaventura (2002) “A mensuração dos passivos ocultos: um desafio para a Contabilidade”. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 de Novembro

Pimentel, Luís; José Penedo; Nuno Magro e Pedro Trabucho (2004) “Contabilidade ambiental – divulgação de informação”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Pinto, José (2006) “O papel da normalização contabilística em Portugal”. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 44, Dezembro, pp.23-29

POC para as empresas (1977). Edição da Casa da Moeda

Pólo, Francisca e Dolores Vasquez (2004) “Los estados contables complementarios iniciativas en su estandarización. Es deseable?” Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril).

Ribeiro, Marcos; António Giuliani e Dalila Corrêa (2006) “Social responsibility in the retail: case petrobras distribuidora”. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Coimbra, 16, 17 e 18 de Novembro (ISCA)

Rodrigues, Lúcia e Lídia Oliveira (2001). “O Capital Intelectual nas Empresas Portuguesas Cotadas na Bolsa: Análise do Rácio Valor de Mercado/Valor Contabilístico”. *Estudos de Gestão*, Vol. 2, pp. 143-160.

Rodríguez, Emilia (2002) “Como los estados financieros del mañana recogerán los valores contables de ayer, de hoy y de siempre. El valor de los intangibles en las universidades”. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 de Novembro

Sá, António (1998) *Neopatrimonialismo como pensamento moderno em Contabilidade*. Editora Atlas, São Paulo

Santos, José (2004) “Contabilidade ambiental – sua aplicação nas empresas portuguesas”. Comunicação apresentada no X Congresso de Contabilidade – Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Lisboa, 24 a 26 de Novembro (Centro de Estudos do Estoril)

Santos, Luís (2002) “A estrutura Conceptual da Contabilidade em Portugal”. Comunicação apresentada no IX Congresso de Contabilidade, Porto 20 a 22 Novembro

SATTA (1977) “Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance”. American Accounting Association.

Staubus, George (1954) *An Accounting Concept of Revenue*. Arno Press, New York.

Tua Pereda, Jorge (2000) “Hacia el Triunfo Definitivo de las Normas Internacionales de Contabilidad?” Comunicação apresentada no VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, Aveiro 17 a 20 Maio

Wahlen, James; Boatsman James; Ross Jennings; Gregory Jonas; Krishna Palepu; Kathy Petroni; Stephen Ryan e Katherine Schipper, (1999) “Comment letter to the FASB: Liability and equity”. *Accounting Horizons*. Vol. 13, pp. 305: 307.

2. Outras fontes:

http://www.standardsetter.de/drsc.charter_eng.html.

<http://www.iasb.org.uk>

<http://www.cnc.pt>

<http://www.ctoc.pt>

<http://oroc.pt>

<http://cpaclass.com>

<http://globalreporting.org>

<http://www.infocontab.com.pt>

<http://www.plancomptable.com>

<http://www.forbes.com/asap/97/0407/034.htm>